UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIC-SA – 025/2008

RELATÓRIO FINAL
PIC-SA – 025/2008

A Reforma do Ensino Médio e Profissional e sua repercussão na Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas: 1990 a 2007

Bolsista: Larissa Jussara da Silva Leite - CNPq

Orientadora: Profª. Drª. Arminda Rachel Botelho Mourão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A Reforma do Ensino Médio e Profissional e sua repercussão na Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas: 1990 a 2007

Bolsista: **Larissa Jussara da Silva Leite - CNPq**

MANAUS
2009

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Educação e se caracteriza como subprojeto do projeto "Reconstrução dos Caminhos da Educação Profissional no Amazonas".

RESUMO

A pesquisa busca compreender os processos das reformas do ensino médio e profissional a partir das modificações no mundo do trabalho. A Reforma educacional vem alinhar-se aos processos históricos da sociedade capitalista-global. Precisamos conectar as mudanças na história aos pressupostos teóricos sobre o assunto, para fazermos um levantamento das escolas de Ensino Médio e Profissionalizante ligadas à rede estadual de ensino antes e depois da Reforma. O objetivo do trabalho é ampliar as informações a respeito do Ensino Médio e Profissionalizante no Estado do Amazonas, verificando os pressupostos teóricos da Reforma do ensino Médio/e Profissional. A análise pretende aprofundar os desígnios teóricos e o contexto sócio – econômico e político da Reforma do Ensino Médio e Profissional, e suas decorrentes transformações que aconteceram na Rede de Ensino Estadual no Estado do Amazonas. O projeto foi desenvolvido em duas etapas da pesquisa: compilação dos documentos oficiais que nortearam a Reforma do Ensino Médio e Profissional no período de 1990 a 2007; fazer um levantamento das escolas profissionalizantes ligadas à rede estadual de Ensino antes e depois da Reforma e, por fim, avaliar o conteúdo tendo como referência Bardin. Nossos estudos demonstraram a dualidade do ensino que vem historicamente se concretizando, além dos processos privatizantes que desmontaram as instituições profissionalizantes no Estado do Amazonas, sendo que atualmente, todos os cursos profissionais estão no CETAM e atendem as demandas advindas do mercado de trabalho.
Palavras Chaves: Reforma; Ensino Médio e Ensino Profissional.

SUMÁRIO

1. **Introdução..... 06**
2. **Objetivo Geral.....08**

Objetivos Específicos 08

3. **Fundamentação Teórica 10**
   - **3.1. O Contexto..... 10**
   - **3.2. Educação e Trabalho 11**
   - **3.3. Ensino Profissional no Brasil 14**
4. **Metodologia 21**
   - **4.1. Etapas de Pesquisa 22**
5. **Resultados..... .....23**
   - **5.1. As reformas do ensino médio/profissional no Brasil 23**
   - **5.2. Documentos Compilados 24**
     - **5.2.1 Legislação Educacional.....26**
   - **5.3. Levantamento das Escolas Profissionalizantes ligadas à rede Estadual de Ensino – antes e depois da Reforma.....32**
     - **5.3.1 Documentos compilados 33**
6. **Cronograma 82**
7. **Referências 83**

1. INTRODUÇÃO

Este projeto visa analisar a Reforma do Ensino Médio e Profissional a partir de 1990 e sua repercussão no sistema de ensino Estadual no Estado do Amazonas. A discursão perpassa pelo resgate histórico do ensino profissional no Estado do Amazonas, enfatizando os principais aspectos do processo histórico da construção do projeto educativo da educação profissional no Estado.

É importante enfatizar que compreender a gênese do decreto n. 5.154/2004 juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional da Educação (PNE), e outros documentos que influenciaram mudanças após a Reforma, permitirão analisar as relações mediadas que estes viabilizam, entre os interesses em conflito neste campo educacional, permitindo construir um processo de formação geral e integrada da educação profissional ao ensino médio.

A crise do capitalismo tem fomentado mudanças econômicas, sociais e políticas Assim, o capitalismo mundial apresenta-se com uma nova configuração, engendrando novas formas institucionais que regulam as varias relações sociais, a conseqüência de todo esse emaranhamento atingem diretamente a Educação brasileira, em especial o Ensino Médio e Profissional.

O processo de Globalização dinamiza a acumulação capitalista, construindo novas determinações sócio-históricas no plano da economia, da ideologia, da política, modificando o processo civilizatório humano. A mudança ocorrida no processo histórico mundial exige maior preparo da força de trabalho, por isso há uma demanda de maior qualificação para o desenvolvimento da força produtiva.

Com isso o mercado de trabalho vai à busca de profissionais aptos para realizar as atividades propostas. Os processos de formação são implementados nas Escolas, como é fundamental uma nova postura frente às exigências do mercado, mudanças na Educação são engendradas.

Almeida (2001) enfatiza que a primeira instituição que se modifica é o Estado. O argumento principal é que o Estado é ineficiente, sendo necessário modificá-lo, diminuindo os gastos públicos. Para Mourão e Almeida (2005, p. 21) “a tendência é transformar as instituições públicas em organismos empresariais que se regem

apenas pelas leis dos custos- benefícios". É nesta perspectiva que o Estado Brasileiro é redesenhado e alinhado à ordem institucional mundial.

Esse alinhamento exige modificações nas políticas publicas, e, neste sentido é que são apresentadas as Reformas, dentre elas a educacional. Nesta perspectiva a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) vem organizar–se sob a batuta do Estado Mínimo, respondendo, principalmente, aos ditames do grande capital. Assim a educação básica é organizada em Educação Infantil, Educação Fundamental e Média, sendo que a Educação profissionalizante é desvinculada do ensino médio.

Esta dicotomia ensino médio/ensino profissional vai originar várias discussões na intelectualidade brasileira, sendo que o decreto 2.208/1997 vai consolidar o Ensino Profissional em Básico, Técnico e Tecnológico, completamente separado do Ensino Médio. Os defensores da articulação ensino Médio/Profissional, articulam o decreto n. 5.154/2004, que aponta para o Ensino Médio Integrado.

Buscando trabalhar esta dicotomia é que este Projeto tem como objetivo analisar a Reforma do Ensino Médio/Profissional a partir de 1990 e sua repercussão no sistema de ensino estadual no Estado do Amazonas. Para que possamos analisar esse período histórico, fez-se necessário verificar os pressupostos teóricos da Reforma do Ensino Médio/e Profissional; Identificar as mudanças que ocorreram na rede de Ensino Estadual no Estado do Amazonas a partir da Reforma do Ensino Médio e Profissional; e por fim, localizar o contexto da Reforma do ensino Médio/Profissional no Estado do Amazonas a partir de 1990.

Segundo Kuenzer (1988) a proposta de Educação profissional é articulada ás políticas neoliberais advindas do Banco Mundial. Nos dizeres da autora:

> [...] é expressão superestrutural da reorganização da economia,que exige racionalização do uso dos recursos finitos,redução da presença do Estado no financiamento das políticas sociais e aumento da flexibilidade,qualidade e produtividade no sistema produtivo (KUENZER,1998,p.66)

A pergunta fundamental que formulamos é: como esta lógica é implementada na Reforma do Ensino Médio e Profissional no Estado do Amazonas? Desta forma, se torna importante analisar á luz do contexto econômico, social e político a Reforma do Ensino Médio e Profissional a partir de 1990 e sua repercussão no sistema de **ensino estadual** no Estado do Amazonas.

Compilar a documentação, primordialmente as legislações que regeram a reforma educacional ao longo destes desses anos, analisar as resoluções aprovadas

juntamente com o contexto histórico em que foi inserida é a essência dessa pesquisa. Nas divergências de materiais coletados, percebemos o descaso que existe em conservar a memória de uma Instituição de Ensino[1].

A época em que o Estado foi contemplado com as habilitações técnicas envolveu uma carga histórico-social muito rica que demandou um olhar critico minucioso, para percebermos as mudanças em especial das matrizes curriculares. As consideradas “pequenas” mudanças muitas vezes eram carregadas de intenções persuasivas do grande Capital, a estrutura disciplinar denuncia o objetivo de cada época ao proporcionar o ensino técnico gratuito à população.

Esta pesquisa buscou comparar, analisar, estudar, entender para poder melhor refletir sobre a reforma educacional e sua repercussão no ensino médio profissionalizante na rede estadual de ensino do Estado do Amazonas de 1990 a 2007.

[1] A SEDUC não tem as informações. Tivemos que ir a cada escola.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Analisar a Reforma do Ensino Médio/Profissional a partir de 1990 e sua repercussão no sistema de ensino estadual no Estado do Amazonas.

2.2. Objetivos específicos

- Verificar os pressupostos teóricos da Reforma do ensino Médio/e Profissional;
- Verificar quais as mudanças que ocorreram na rede de Ensino Estadual no Estado do Amazonas a partir da Reforma do Ensino/Médio;
- Estudar o contexto da Reforma do Ensino Médio/Profissional no Estado do Amazonas

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. O Contexto

Por tudo que vem sendo dito, não podemos duvidar do quanto à história da escola não pode separar-se do capitalismo. Dessa forma, podemos perceber como a estrutura do sistema educacional vai se modificando e se configurando de acordo com as exigências dos valores capitalistas para a formação do homem desejável para tal sociedade.

As mudanças ocorridas na Sociedade originaram transformações na estrutura mundial, pois afetaram a ideologia global sendo ela, segundo Chauí (2001, p.108) “um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações, idéias e valores e de normas e regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que e como”. Essa aglomeração de idéias rege pensamentos, valores, sentimentos e atitudes.

A estrutura mundial sofre grandes alterações, o homem que trabalhava satisfatoriamente, o que Marx chama de *“LABORE”* já não se inseri neste quadro atual do capitalismo, onde o homem vende sua forca de trabalho e recebe por apenas uma parte (pequena parte) do valor que produz (ENGUITA, 1988).

Em meio a todas transformações a ideologia burguesa age de forma ditatorial, pondo ordem no mundo, impondo padrões e valorizando algumas instituições obtendo uma visão empreendedora, pois obtém consciência de que mesmo estando na liderança, precisa da classe dominada, pois a única mercadoria que possibilita o lucro é à força de trabalho (família, pátria, empresa, escola e Estado) e os detentores do poder precisam produzir e reproduzir a sociedade para manter as idéias dominantes.

A sociedade capitalista vive em crise, havendo constantemente mudanças embora à essência do capital tenha continuidade. Assim, Jameson (1991) afirma que a pós-modernidade é a lógica cultural do capitalismo tardio. Essa modernização que ocorreu na historia mundial afetou não só a economia, como também todas as áreas sociais, sem que lógica da exploração da mais-valia fosse superada.

Um dos principais quadros a serem modificados foi à proposta Educacional, que passa a ser articulada, segundo Kuenzer (1988) às políticas neoliberais. Mourão especifica que:

> O capital como forma de garantir novos espaços de acumulação avança para o espaço educacional, visando à formação de mundo mercantilizado, garantindo manutenção de sua posição hegemônica. Todo esse movimento do capital impõe a concepção de Estado Mínimo, no qual o sistema e remontado em novas bases. (MOURÃO, 2002, p.51 e 52).

O mercado é o novo fetiche, o famoso encantamento pelos gastos excessivos, prende boa parte da população em um ciclo vicioso: Trabalhar – comprar. Sendo assim, mesmo que sejamos inseridos neste contexto não muda da posição de classe dominada. Frigotto sintetiza este pensamento:

> As novas roupagens ou mascaras, [...],são novas categorias de **sociedade do conhecimento,qualidade total,formação de competências e empregabilidade,**que na realidade apenas efetivam uma metamorfose do conceito de capital humano.Os componentes da formação,apenas com uma materialidade diversa exigida pela nova base cientifico – técnica,são os mesmos que constituem **constructo** capital humano:habilidades cognitivas(educação abstrata,polivalente) e traços psicossociais,atitudes,valores etc.(criatividade,lealdade,espírito de equipe,colaboração com a empresa etc.)a subordinação unidimensional do educativo aos processos capitalistas de produção continua intacta,ainda que mais sutil,velada e,por isso,mais violenta. Esta subordinação vem hoje sobre a determinada pela avassaladora onda neoliberal que estatui o mercado como o **deus** regular das relações sociais transformando direitos como os da saúde, da educação, da habilitação etc. em mercadoria (FRIGOTTO, 2001, P.9 e 10).

Este paradigma se faz presente desde a escola. Certas visões em alguns aspectos são ‘limitadas’, faz a divisão de classe intensifica-se, como se o futuro de determinados indivíduos estivessem pré-determinados, ou seja, os que tinham melhor poder aquisitivo, conseqüentemente teriam as profissões de elite, já os pertencentes à classe dominada estariam destinados a servirem, venderem sua mão-de-obra, a serem subordinados.

Hoje, a divisão do trabalho estaria acrescida de novas divisões: ’’a divisão entre os que possuem poder porque possuem o saber e os que não possuem porque não possuem saber’’ (CHAUÍ, 2000, P.105). Configura-se, assim, a *ideologia da competência,* que, para Chauí ‘’(os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas). ’’

3.2. Educação e Trabalho.

Qualificação ou desqualificação?

> Desde o momento que surge, a educação diretamente articulada ao trabalho de articula como um sistema diferenciado e paralelo ao sistema de ensino regular marcado por finalidade bem especifica: a preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis abaixo e médio da hierarquia ocupacional. Sem condições de acesso ao sistema regular de ensino, esses futuros trabalhadores seriam a clientela,por excelência de curso de qualificação profissional de duração e intensidade variáveis,que vão desde os cursos de aprendizagem aos cursos técnicos.'' (KUENZER,1988 ,p.12).

Intitula-se que a Educação é para todos, e a educação de QUALIDADE é privilegio para alguns? Qualidade é valida para aperfeiçoar a mão-de-obra em prol do crescimento mercantil? O pensamento de Kuenzer levanta a verdadeira intenção do Capitalismo em preocupar-se com a educação. Existem vários autores que levantam essa questão (MOURÃO, 2006, FRIGOTTO, 2001). Para Marx (2000) as estruturas sociais e a própria organização do Estado estão diretamente ligados ao funcionamento do capitalismo:

> Embora a divisão do trabalho aumente o poder produtivo do trabalhado e a riqueza e o requinte da sociedade,empobrece o trabalhador e transforma-o em maquina,Se bem que o trabalhador fomente a acumulação do capital e,desde modo,a crescente prosperidade da sociedade,torna o trabalhador CAD vez mais dependente do capitalista,expõe-no a maior concorrência e arrasta-o para a corrida da superprodução seguida pela correspondente crise econômica (MARX, 2000 p.108).

Neste contexto a educação atua como uma instituição que se prepara para melhor qualificar a força de trabalho em prol do grande Capital, apesar de Kuenzer, posicionar-se criticamente a respeito na década de 1980, seus pensamentos são válidos hoje, pois desde o inicio, a finalidade do grande capital em investir na área educacional é porque "no modo de produção capitalista, o trabalho é ao mesmo tempo, determinante de qualificação e de desqualificação do trabalhador" (KUENZER, 1988, P.29). Essa contradição se verifica ao longo do processo educacional por possuir a mesma finalidade: Educar para o trabalho assalariado.

O conceito de capital humano, ou mais intensivamente, de recursos humanos, busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no 'fator humano' passa a significar um dos

determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico.

Dessa forma, a educação seria o principal capital humano, uma vez que é concebida como ''produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator de trabalho. Neste sentido, é um investimento como qualquer outro''(FRIGOTTO, 2001, p.40).

Investir na educação seria apostar em fins lucrativos, aprender. A educação é um aprendizado para a mente, o corpo, e as mãos, sua função social é combater a alienação e a desumanização e não instigá-lo. Marx discorda com o ensino profissionalizante, pois levava as escolas industriais o ensinar ***apenas*** o estritamente necessário para o exercício de determinada função, por isso, ele não desvincula o trabalho da educação. O trabalho seria um espaço de aprendizagem. Kuenzer se refere à escola como:

> A escola é o lugar de interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem e praticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento. O lugar de desenvolver competências,que por sua vez mobilizam conhecimentos mas que com eles não se confundem,é a pratica social e produtiva.Confundir estes dois espaços.proclamando a escola como responsável pelo desenvolvimento de competências,resulta em mais uma forma,sutil,mas extremante perversa,de exclusão dos que vivem do trabalho,uma vez que os filhos da burguesia desenvolvem suas capacidades apesar da escola,que para muitos passa a ser apenas uma instituição certificadora;para o trabalhadores,a escolas e constitui no único espaço de relação intencional e sistematizada com o conhecimento.Cabe as escolas,portanto,desempenhar com qualidade seu papel na criação de situações de aprendizagem que permitam ao aluno desenvolveras capacidades cognitivas,afetivas e psicomotoras relativas ao trabalho intelectual,sempre articulado,mas não reduzido,ao mundo do trabalho e das relações sociais,com o que certamente estarão dando a sua melhor contribuição para o desenvolvimento de competências na pratica social e produtiva.Atribuir a escola a função de desenvolver competências é desconhecer sua natureza e especificidade enquanto espaço de apropriação do conhecimento socialmente produzido,e portanto,de trabalho intelectual com referencia a pratica social,com que , mais uma vez,se busca esvaziar sua finalidade com particular prejuízo para os que vivem do trabalho (KUENZER, 2000, P.12).

A escola é uma das principais ferramentas para mudar a sociedade, por meio do conhecimento mentes podem ser abertas para a diversidade intelectual, não lhes será imposto *apenas* uma atividade pré- determinada, e sim exposto um leque de alternativas, volta-se ao princípio de Marx, sobre o trabalho prazeroso, o LABORE trabalho não por imposição, mas por prazer, trabalho como atividade (MARX, 1963)

Os modelos de competência

As modificações que ocorreram no mundo do trabalho, em função da crise capitalista, fazem com que os processos de trabalho passem a ser gerenciados de forma diferente, havendo, inclusive vários modelos de gestão. Assim as mudanças tecnológicas de base física e organizacional promovem maior integração e flexibilidade às empresas, tornando-as mais competitivas e aptas a responder as exigências do mercado capitalista (MOURÃO, 2005). Para a autora:

> Assim, as formas de trabalho mais flexíveis são desenvolvidas. É nesta perspectiva que surge o conceito de polivalência[2], apontado para uma nova forma de controle que vai interferir nas relações de poder nas organizações, construindo novas relações de trabalho e salário (MOURÃO, 2005, p. 34).

Nesta perspectiva o conceito de qualificação dá lugar ao de competência. Isto porque a qualificação referia-se a um estatuto de profissão, já a competência faz alusão a habilidades desenvolvidas no processo de trabalho, que é diferenciada em cada empresa e em cada indivíduo. A qualificação referia-se a um processo de trabalho parcelar, típico do taylorismo, onde as tarefas eram todas prescritivas, exigindo do trabalhador apenas a capacidade de as executar com precisão.

Mourão (2005, p. 58) enfatiza que:

> O modelo de competência tem como pressuposto a superação desta concepção (de qualificação), apontando para as relações de trabalho flexíveis e autônomas, o que equivale a dizer que o trabalhador neste tipo de gestão do processo de trabalho deverá ter o conhecimento de todo o processo de produção, havendo, desta maneira, a superação da dicotomia pensar/fazer.

É fundamental entender que a flexibilização engendrada neste processo, também ocorre na escola, fazendo com que as estruturas de ensino profissional/médio sejam modificadas, embora mantendo a dualidade entre ensino profissional e propedêutico. Por isso, é fundamental retomar a histórica do ensino profissional no Brasil.

3.3. O Ensino Profissional no Brasil

Para Zibas (2005) discutir a Educação Profissional no Brasil nos remete a polêmica sobre o dualismo presente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, na Educação. Para Acácia Kuenzer (1988) a divisão técnica do trabalho no sistema capital rompe com a unidade teoria e prática e, com isso, há a implementação desta

---

[2] Alargamento das atividades dos trabalhadores nas empresas.

dicotomia na educação, pois paralelamente ao sistema regular havia (e há) processos de preparação para o sistema produtivo, voltado para os pobres e marginalizados.

Segundo Acácia Kuenzer (1988, p. 13) o surgimento de 19 (dezenove) escolas de aprendizes e artífices “não pode ser apontado como decorrência direta das necessidades de mão-de-obra qualificada para o mercado“, visto que o processo de industrialização a época era muito incipiente. Uma das finalidades das escolas era evitar que os filhos dos pobres permanecessem nas ruas, uma espécie de lei para evitar a vagabundagem. O argumento utilizado para o surgimento destas instituições refere-se à questão política, ou seja, o estado precisava oferecer às camadas mais pobres da população “alguma alternativa de inserção no mercado de trabalho (idem, ibidem).

Ao fazer a síntese sobre a educação profissional na primeira república Manfredi (2002, p. 94) diz:

> [...] foi possível notar que a Primeira República se caracterizou como um período de grandes transformações e de grande ebulição social, no qual se gestaram novas práticas e concepções de Educação profissional: ao lado da concepção assistencialista e compensatória, surgiram a concepção católica-humanista, orientada pelo trabalho como antídoto à preguiça, à vadiagem, e às idéias revolucionárias, a concepção anarco-sindicalista de educação integral e, finalmente, a visão de formação profissional para o mercado de trabalho – para o exercício das funções e atribuições dos postos de trabalho, segundo os padrões do regime fabril e do trabalho assalariado capitalista.

São essas concepções que configurarão as matrizes político-pedagógicas que estarão presente nas referências das políticas para a Educação Profissional ao longo do século XX. Mas, à medida que o sistema capitalista de produção se globaliza, sua lógica de organização taylorista/fordista se implanta e a idéia hegemônica passa a ser a Educação Profissional para o trabalho e emprego (MANFREDI, 2002, p, 94).

O atendimento à demanda da economia por mão-de-obra qualificada só vai surgir na década de 1940. Kuenzer (1988, p. 13) chama atenção que até a década de 1940 o sistema federal é o responsável por organizar o ensino técnico, sendo complementados com o sistema privado de formação, principalmente com o SENAI/SENAC.

Neste período o modelo agroexportador é substituído pelo processo de substituição das importações, privilegiando a produção de bens duráveis e não

duráveis no próprio país. Assim, o governo brasileiro vai investir em infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da indústria no Brasil (MANFREDI, 2002). Manfredi (2002) afirma que há uma reordenação do sistema escolar no qual o ensino secundário era preparatório ao ensino superior, e o ensino profissional formava mão-de-obra para o mercado.

Com o golpe militar de 1964, é outorgada a lei 5.692/71, que segundo Kuenzer (2002) vem responder às demandas do mundo do trabalho, já que o crescente desenvolvimento industrial demandava mão-de-obra mais qualificada. Para Cunha (1977) a lei tinha duas funções, quais sejam: a função propedêutica e a função contenedora. A referida lei que tem como princípio a terminalidade e a continuidade, vem organizar o sistema de ensino apontando para a profissionalização compulsória ao mesmo tempo em que permitia a continuidade dos estudos em nível superior.

Para Kuenzer (2002, p. 30) a lei nº 7.044/1982 vem normatizar o que já estava acontecendo na prática: as escolas não estavam implementando o ensino profissionalizante, retornando à dualidade estrutural, que atende a divisão técnica do trabalho. Esta dualidade está centrada no princípio educativo que concebe a qualificação profissional resultante de um processo individual de aprendizagem, definidas pelo posto de trabalho.

É a crise estrutural do sistema capital, que impulsiona a mudança nos processos de organização do trabalho e do sistema educacional. Ou seja, o processo de acumulação capitalista precisa operar mudanças nos processos produtivos, para manter a produtividade necessária à dinâmica do capital. Mourão (2006, p. 50) esclarece que:

> É neste sentido que entendo que as várias estratégias de gestão do processo de trabalho e da força de trabalho têm engendrado elaborações teóricas que trazem subentendida a impossibilidade do modelo taylorista/fordista de assegurar a expansão do capital e de conter a resistência dos trabalhadores, fato que vem obstar o desenvolvimento capitalista e caracterizar uma situação de crise. Isto, no entanto, não equivale dizer que houve uma ruptura com o modelo predominante. A este respeito, Alves (2001) é categórico quando afirma que as novas formas de gestão – do processo de trabalho e da força de trabalho – vinculam a continuidade da racionalização do trabalho taylorista fordista com as novas exigências do processo de acumulação.

Essas novas exigências do modelo produtivo, vão mudar radicalmente o eixo da educação média e profissional nos anos 1990, instituindo a lógica da (s) competências e mudando a legislação.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) ao discutirem as reformas do ensino médio e profissional nos anos 1990, destacam os projetos políticos em disputa – projeto nacional popular e projeto conservador populista que vem permeando a luta política na sociedade brasileira. A Lei de diretrizes e bases da educação nacional – 9.394/96 – vem instituir as bases para a reforma do ensino profissionalizante, que para Manfredi (2002) é fruto de um processo histórico de disputas político-ideológicas.

O projeto do Ministério do Trabalho via a educação profissional como "parte de um plano nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico sustentado e articulado a outras políticas de emprego, de trabalho e de renda" (MANFREDI, 2002, p.89). Este plano era sustentado em três linhas de ação: integração dos programas de qualificação e requalificação ao PROGER (Programa de Geração de Trabalho e Renda), ao seguro desemprego e à intermediação de mão-de-obra; focalização do PLANFOR (Plano Nacional de Educação Profissional) nos grupos em situação de risco; criação de uma bolsa de qualificação a ser percebida pelo trabalhador em situação de desemprego.

O projeto do MEC propunha a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. O principal argumento do ministro era a necessidade de implantação de novas estruturas de produção e consumo, sendo para isso fundamental a construção de uma sólida educação que formasse profissionais mais capazes de desenvolver e gerar tecnologia (KUENZER, 1997).

O Sistema Nacional de Educação Tecnológica era formado de: Escolas técnicas federais, estaduais e municipais; Instituições particulares da rede Sesc e Senac. Os cursos seriam nas seguintes modalidades: qualificação ocupacional – para exercer uma ocupação independente da formação escolar; educação prática em nível de 1° Grau – própria das experiências práticas; formação básica de nível médio – profissionalização em área definida; formação técnica em nível superior – preparação de tecnólogos; formação profissional superior – oferecida pelas Universidades.

Vários outros projetos advindos dos diferentes setores da sociedade civil também foram pautados. Dentre estes destacamos o apresentado pelo Fórum de Defesa da Escola Pública que apontava a construção de um sistema de educação nacional integrando trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Para concretizar este projeto seria necessária uma sólida base comum de conhecimento básico no nível elementar e nível médio, para, posteriormente, passar à formação profissional.

O projeto apresentado pelos empresários propunha políticas que aumentassem o nível de escolaridade, além de incentivar as parcerias público/privado visando o fortalecimento dos processos produtivos e maior competitividade. Como a LDB já tinha concretizado o dualismo estrutural, separando a Educação Profissional da Educação Básica, Fernando Henrique Cardoso ao publicar o Decreto 2.208/97 consolida esta separação, quando, objetivamente possibilita a consecução de uma série de medidas que dão corpo à reforma do ensino médio e profissional.

O decreto 2.208/97 "reestruturou a rede federal, composta pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais (ETF) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAF)" (VIRIATO, 2007, p. 1). Esta reestruturação impulsiona uma nova institucionalidade no campo da formação do trabalhador na medida em que começam a configurar-se mudanças reais que se espalham por todas as regiões. Para isso estabeleceu os objetivos, níveis e modalidades da Educação Profissional.

Nas instituições de ensino o modelo de gestão gerencial também se consolida, já que há uma tendência da disseminação de novas estratégias gerenciais que "enfatizam a capacidade de inovação das organizações e a centralidade do cliente" (MOURÃO, 2006, p. 10). Este modelo de gestão enfatiza o contrato de gestão, vai substituindo as políticas sociais mais amplas.

Ao mesmo tempo a mídia divulga a idéia que o mercado apresenta vagas, mas é o trabalhador que não se encontra preparado para enfrentar as novas demandas, pois não construiu sua empregabilidade, e, com isso, há uma pressão sobre as instituições formadoras em responder com mais eficiência e eficácia estas exigências. O conceito de empregabilidade está relacionado ao modelo de competência quando retoma a idéia que a formação é uma responsabilidade individual de cada trabalhador, tirando do Estado a responsabilidade pelos processos formativos públicos.

Assim a cefetização nada mais é que "a possibilidade de formação mais rápida via cursos tecnológicos, atende assim às necessidades postas pelo mercado, de uma formação flexível" (PIRES, 2007, p. 3). Tanto é que o governo federal argumenta que o decreto 2209/97 traz em seu bojo a possibilidade do próprio aluno optar pelo seu processo formativo, já que quebra com o currículo rígido que formava profissionais para exercer determinadas atividades que eram presumíveis

(CORDÃO, 2005). Mourão (2006) questiona esta afirmação, principalmente por que o que é colocado em prática são as interferências nas relações entre capital e trabalho, já que os trabalhadores nesta nova concepção acabam perdendo vários direitos já adquiridos.

A problemática concentra-se na idéia que concretiza-se a era do conhecimento, na qual a exploração da mais-valia foi superada, partindo para novos processos de socialização. A questão é polêmica, já que dados empíricos demonstram que o que está ocorrendo é um processo veloz de desqualificação do homem e da vida., e que o sistema capital não permite que a autonomia e a liberdade humanas se concretizem.

Assim este modelo traz a educação propedêutica ministrada no ensino médio, e a educação técnico-profissional ministrada no ensino profissional. Mais uma vez, a sociedade civil organizada, os educadores de todo o país, fomentam discussões e propugnam proposta para vencer esta dualidade. Era preciso pensar em uma educação que articulasse trabalho, ciência e cultura. Segundo Amaral e Oliveira (2007, p. 176) quando o governo Lula revoga o decreto 2.208/97 e edita o decreto 3.154/2003, há um redesenho do ensino profissional que passa a ser organizado: “a) Formação inicial e continuada de trabalhadores; b) Educação Profissional Técnica em nível médio; c) Educação Profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação” (AMARAL E OLIVEIRA, 2007, p. 176). Concretamente há a possibilidade do ensino médio integrado.

Ao mesmo tempo vários outros decretos apontam para a formação tecnológica em nível superior. É justamente isto que vai implementar as mudanças nos CEFET. Para Amaral e Oliveira (2007, p.182) a polêmica sobre a formação tecnológica em nível superior não é nova, datando da década de 1960, quando o Conselho Federal de Educação (CFE) legisla sobre a capacitação em tempo mais curto e em nível superior, profissionais para atender às demandas do mercado.

É a reforma da educação superior – 5.540/68 – que faz proliferar cursos superiores mais rápidos e flexíveis, voltados para o setor produtivo. Os movimentos democráticos em favor da Escola Pública trouxeram para o centro das discussões os processos de formação. O Fórum em defesa da Escola Pública propugnava uma formação mais consistente, e no interior das Universidades Públicas os cursos de tecnólogos foram desaparecendo. É justamente no Governo Fernando Henrique

Cardoso que os cursos de tecnólogos começam novamente a proliferar, quando a LDB organiza o ensino superior em faculdades, institutos, centros e universidades.

No período de 2001 a 2004 foram editados vários decretos, pareceres e resoluções visando, sobretudo, definir as competências atribuídas aos tecnólogos, assim como, para organizar o funcionamento destes cursos. A polêmica sobre a Educação Tecnológica no Brasil adentra aos CEFET retomando a polêmica: Universidade Tecnológica ou Institutos Superiores de Tecnologia?

O principal argumento formulado em favor da transformação dos CEFET em institutos superiores de tecnologia é formulado pelo Ministro Eliezer Pacheco (2007, p. 2) quando este afirma que:

> A proposta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET – ainda em construção, aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso em nosso país. Não se trata de algo estranho e à margem do desenvolvimento da institucionalidade da rede Federal, muito menos uma ruptura.

No entanto, a discussão acumulada nos CEFET apontava para a criação das Universidades Tecnológicas tal como ocorrera no Paraná. A perspectiva da Universidade Tecnológica estava ancorada na concepção que a ciência e tecnologia estariam subsidiando o desenvolvimento nacional. A discussão apontava que ciência, tecnologia e cultura seriam os pré-requisitos necessários para a construção de um projeto integrado, no qual a educação geral estaria subsidiando a educação profissional, evitando, desta forma, a formação aligeirada. Não podemos deixar de resgatar o debate implementado por aqueles que estudam a relação trabalho/educação, ou seja, a lógica do mercado ao perpassar as instâncias educacionais configura um ensino aligeirado, desvinculado da formação integral do homem e ligado, principalmente, ao mercado.

Os estudos de Mourão e Almeida (2005) e Mourão (2006) evidenciam as relações das reformas implementadas na educação brasileira com as diretrizes dos organismos internacionais, que têm traçado os rumos da educação brasileira. Com esses destaques o questionamento que fazemos é: as ações políticas implementadas pelo atual Governo podem suplantar o dualismo estrutural que historicamente a educação profissional tem passado? É possível conter a privatização acelerada da educação profissional? Sobrinho (2007, p. 4) afirma que sim, quando se refere à dimensão política do debate.

O referido autor enfatiza ainda que obstáculos legais devam ser superados, assim como “reverter a tendência anterior que levava o Estado a se afastar dos seus compromissos com essa modalidade de educação, favorecendo a sua privatização e exclusiva aproximação com o mercado” (idem, ibidem, p. 5).

Nossa posição a respeito do debate é crítica, mas não consideramos inviável a construção de uma nova institucionalidade que esteja em consonância com um projeto de nação soberana, desde que se leve em consideração as relações entre trabalho, educação, ciência e tecnologia para definir as políticas públicas, abrindo possibilidades de financiamento para tal. Neste sentido velhos e novos questionamentos (re) surgem, nos levando à reflexões.

4. METODOLOGIA

Segundo Kuenzer (1998) o Grupo Trabalho e Educação, ligados à ANPED, desde a década de 1980 discute articuladamente duas questões, quais sejam:compreender a pedagogia capitalista desenvolvida na escola e, a partir destes estudos, identificar os espaços contraditórios que permitiriam a construção histórica de uma nova pedagogia. Por isso, a opção teórico-metodológica inscreve-se no campo do materialismo histórico, senda a dialética o método norteador da pesquisa.

Nesta perspectiva, essa pesquisa ao buscar compreender os processos das reformas do ensino médio e profissional a partir das modificações no mundo do trabalho, tem como método o utilizado por Marx (1997) - método da economia política.

As questões norteadoras da pesquisa são:

1. Quais os pressupostos teóricos da Reforma do Ensino Médio e Profissional?
2. Quais as mudanças que ocorreram na Rede de Ensino Médio Profissional?
3. Qual o contexto socioeconômico e político da Reforma do Ensino Médio Profissional?

4.1. Etapas da Pesquisa

1) Compilar os documentos oficiais que nortearam a Reforma do Ensino Médio e Profissional no período de 1990 a 2007.
2) Fazer um levantamento das escolas profissionalizantes ligadas à Rede Estadual de Ensino antes e depois da Reforma;
3) Análise de conteúdo tendo como referencia Bardin (1970).

Ao proceder a análise de conteúdo inicialmente levantamos toda a documentação disponível, fizemos a leitura flutuante e classificamos os documentos, estabelecendo o corpus da documentação a estudar. A partir destes primeiros passos passamos a trabalha nos documentos, estabelecendo a categorização.

Queremos destacar que devido a grande quantidade de documentos muitas vezes analisá-los se transformou em uma tarefa complexa, sendo necessário um maior aprofundamento das análises posteriormente.

5. RESULTADOS

5.1 A Reforma do Ensino Médio e Profissionalizante no Brasil.

Uma disputa política

> A Educação precisa ter a coragem de superar o dualismo persistente entre formação para o bom desempenho profissional, e isso numa era de profunda transformação, e ética para a sociabilidade humana (ASSMAN; SUNG, 2001, P.210).

O alinhamento do país à ordem capitalista exige modificações nas políticas publicas e, neste sentido é que são apresentadas as Reformas, dentre elas a educacional. Esta pesquisa vem ao encontro da necessidade de haver um levantamento histórico - critico a respeito das reformas educacionais e de sua repercussão na rede de ensino do Estado do Amazonas de 1990 a 2007.

A análise da Reforma a partir da década de 1990, se deu pelo momento transitório que o Brasil estava passando, época de passagem governamental, que teve como marco a eleição por voto direto do primeiro presidente da República após o Regime Militar em 1989, Fernando Affonso Collor Mello. Inserindo-se neste contexto,o Ministério da Educação através do decreto n°.99.244,de 10 de maio de 1990, sofre uma reorganização na estrutura,sendo que no mesmo ano, pelo decreto n°99.678, de 8 de novembro, foi aprovada a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, criando unidades não previstas na estrutura anterior. Dessa forma, a área de competência do Ministério da Educação ficou assim estabelecida:

- Política nacional de educação;
- Educação, ensino civil, pesquisa e extensão universitárias;
- Magistério;
- Educação especial.

Com essa divisão, a educação do ensino médio acopla-se ao do ensino de nível técnico, como ao exemplo do magistério, onde os estudantes preparam-se melhor para o mercado de trabalho, a demanda do grande capital. Cursos profissionalizantes adéquam-se as carências do mercado, pois existe a necessidade da mão-de-obra qualificada para poder atuar devidamente, ou seja, o ensino prepara

para o trabalho revestindo-se de cursos acessíveis como Contabilidade e Administração.

A diferença da educação das classes é extremante visível, posto que ao longo do processo histórico que o Brasil vem passando, e suas decorrentes leis que se modificam tentando adaptar-se a cada transformação, resulta no Estado do Amazonas processo de ensino aprendizagem é defasado por alienar pessoas a exercerem as profissões a elas pré-determinadas, sem mostrar-lhes os variados caminhos a serem percorridos. O individuo chega ao ensino profissionalizante despreparado, por ser oriundo de um escasso ensino médio.

O fechamento do poder intelectual para a classe dominada abafa qualquer sobreposição que um estudante possa ter em sua carreira, pois é ensinado a fazer uma determinada atividade repetida vezes, e, se tiver que se aperfeiçoar, será nesta mesma área. É preciso oportunizar conhecimentos iguais para todos, alargar as barreiras intelectuais de todo e qualquer individuo que esteja interessado em obter conhecimento.

As Reformas educacionais vêm ao encontro da necessidade de cada período histórico nelas inserido, convergindo com o lema principal da trajetória educacional: a luta incessante por uma educação de qualidade para o educando, capaz de prepará-lo verdadeiramente para o mercado de trabalho afim de, continuarem os estudos. Entre outros fatores, fazem-se necessárias políticas publicas que proporcione meios pelos tais leis possam ser cumpridas.

Em meio a toda essa tramitação histórica, inseri-se o conjunto de normas legais emanadas do Executivo após a promulgação da LDB nº 9.394/96 desencadeou mudanças significativas para o Ensino Médio e Educação Profissional e, teve como principal amparo legal, o Decreto nº2. 208/97 que, de modo geral, estabeleceu os objetivos, níveis e modalidades da Educação Profissional e as formas de articulação desta com o ensino regular, particularmente o Ensino Médio.

O Ensino Médio, nesta direção, passa a ser de competência da Secretaria de Educação Básica, ou seja, com a nova estrutura, a Educação Profissional é separada do Ensino Médio, reafirmando uma tendência de consolidar a Educação Profissional paralela à educação regular.

5.2. Documentos compilados

- **Ensino Médio**

PNE – Plano Nacional de Educação

> Pelo caráter que assumiu na história educacional de quase todos os países, a educação média é particularmente vulnerável à desigualdade social. Na disputa permanente entre orientações profissionalizantes ou acadêmicas, entre objetivos humanistas ou econômicos, a tensão expressa nos privilégios e nas exclusões decorre da origem social. Em vista disso, o ensino médio proposto neste plano deverá enfrentar o desafio dessa dualidade com oferta de escola média de qualidade a toda a demanda. Uma educação que propicie aprendizagem de competências de caráter geral forme pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e superem a segmentação social. (Plano Nacional de Educação, 2001)

Considerando o processo de modernização em curso no País, o ensino médio tem um importante papel a desempenhar. Tanto nos países desenvolvidos quanto nos que lutam para superar o subdesenvolvimento, a expansão do ensino médio pode ser um poderoso fator de formação para a cidadania e de qualificação profissional. Neste sentido o PNE (2001) enfatiza que:

> Entretanto, no caso do ensino médio, não se trata apenas de expansão. Entre os diferentes níveis de ensino, esse foi o que enfrentou, nos últimos anos, a maior crise em termos de ausência de definição dos rumos que deveriam ser seguidos em seus objetivos e em sua organização. Um aspecto que deverá ser superado com a implementação das Novas Diretrizes Curriculares para o ensino médio e com programas de formação de professores, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática.

Até o momento, são essas as primeiras considerações a respeito do PNE, sendo necessário maior aprofundamento da questão

LDB

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional diz:

> Art. 35 O ensino médio (...), terá como finalidade:
>
> I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental (...)
>
> II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando (...)
>
> III. O aprimoramento do educando como pessoa humana (...)Compreensão dos fundamentos científicos – tecnológicos dos processos produtivos (...)
>
> Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:
>
> I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de

> transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;
> II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;
>
> III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição

O Ensino Médio, no Artigo 35 da LDB, é claramente caracterizado como a *"etapa final da Educação Básica",* com a finalidade de

> consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluída a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O Artigo 36 da mesma Lei, na parte referente ao currículo do Ensino Médio, ressalta a importância de novas didáticas no ambiente educacional, pois a escola tem que caminhar lado a lado com os avanços tecnológicos,destaque citado também no PNE:

> Assim, a demanda pelo ensino médio – terceira etapa da educação básica – vai compor-se, também, de segmentos já inseridos no mercado de trabalho, que aspirem melhoria social e salarial e precisem dominar habilidades que permitem assimilar e utilizar, produtivamente, **recursos tecnológicos** novos e em acelerada transformação [...]

Adaptar os alunos a um melhor preparo intelectual com auxilio da internet proporciona pela sua grande abrangência Sendo o Ensino Médio uma preparação do individuo para o mercado de trabalho, os computadores tem que fazer parte do material didático oferecido pela escola. Para que os alunos possam ter acesso a esta tecnologia, familiarizando-se com ela, para poder utilizá-la com agilidade e segurança, caracterizando-se realmente pela preparação, ou melhor, qualificação dos jovens e adultos para:

> [...]os desafios da modernidade, o ensino médio deverá permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva: auto-aprendizagem; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir; compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar decisões; domínio de aptidões

> básicas de linguagens, comunicação, abstração; habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades. (Plano Nacional de Educação, 2001)

No Artigo 39 da LDB, a Educação Profissional é claramente caracterizada . Ao longo do processo histórico educacional brasileiro, o Ensino Médio esteve ligado ao Ensino Profissionalizante, onde os alunos concluíam o Ensino Médio habilitados em algum curso, como Magistério e Contabilidade enfim, notamos que as habilitações oferecidas foram aquelas que abrangiam boa parte do Mercado de Trabalho. O PARECER Nº 39/2004 por meio do Decreto nº 5.154/2004, enfatiza a separação entre as partes de educação geral e de formação especial no Ensino Médio, o que define a identidade do Ensino Médio na Educação. A parir de então, não e mais possível colocar a Educação Profissional como parte do Ensino Médio, a ‘’articulação’’ é a nova forma de relacionamento entre a Educação Profissional e o Ensino Médio.

Não podemos negar a dificuldade de jovens que cursavam o Ensino Médio antes desse decreto em adentrar no ensino superior por dificuldade em assuntos inseridos na prova de vestibular, pelo ensino dar ênfase na habilitação com visão de mercado não preparavam os jovens para entrar em uma universidade em dar continuidade em seus estudos por falta de um bom embasamento nas series anteriores, este primeiro objetivo, é de essencial importância para o melhoramento destes princípios, e o prosseguimento de novos,aspecto citado sucintamente no PCN:

> Justamente em virtude disso, no caso brasileiro, é particularmente preocupante o reduzido acesso ao ensino médio, muito menor que nos demais países latino-americanos em desenvolvimento, embora as estatísticas demonstrem que os concluintes do ensino fundamental começam a chegar à terceira etapa da educação básica em número um pouco maior, a cada ano. Esses pequenos incrementos anuais terão efeito cumulativo. Ao final de alguns anos, resultarão em uma mudança nunca antes observada na composição social, econômica, cultural e etária do alunado do ensino médio (Plano Nacional de Educação, 2001).

O Ensino Médio, como sendo o ultimo passo da educação básica, do Artigo 36 da mesma Lei, na parte referente ao Ensino Médio, o define como “*etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos*”, sendo assim tem a tem a responsabilidade de alargar as fronteiras do aluno para que ele possa afunilar, e decidir qual caminho do conhecimento irá percorrer. Para que, assim o educando esteja preparado para adentrar no mercado de trabalho.

- **Ensino Profissionalizante**

LDB

> § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:
>
> I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional
>
> II – de educação profissional técnica de nível médio
>
> III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
>
> Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho
>
> Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.
>
> Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

A Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trata o tema da "Educação Profissional" em um capítulo especial, o Capítulo III do Título V, "Da "Educação Profissional", Artigos 39 a 42, de forma associada e articulada com o § 2º do PNE.

> Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Plano Nacional de Educação, 2001)

No Artigo 39, a Educação Profissional é claramente caracterizada como "integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia", com o objetivo de conduzir o cidadão a um permanente desenvolvimento "de aptidões para a vida produtiva" na sociedade do trabalho e do conhecimento.

A Educação Profissional tem por finalidade o aprimoramento da produtividade do educando para o trabalho, por meios de cursos profissionalizantes para atender as demandas do mercado. Esta demanda raramente condiz com a real necessidade do aluno, que esta condicionada a fazer somente uma determinada atividade repetida vezes, provocando seu alienamento para que se "aprimore" neste exercício

e não alargue seus horizontes, seja encantado por este fetiche,ou seja*,(...) entende-se que educação profissional (...) deve constituir educação continuada, que perpassa toda a vida do trabalhador* (Plano Nacional de Educação, 2001)

Esta demanda raramente condiz com a real necessidade do aluno, que esta condicionado a fazer somente uma determinada atividade repetidas vezes, provocando seu alienamento para que se “aprimore” neste exercício e não alargue seus horizontes,seja encantado por este fetiche.

DECRETO Nº 2.208/97

Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

Art. 1º. A educação profissional tem por objetivos:

IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Art. 2º. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

Art. 3º. A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I – básico - destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II – técnico - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este

decreto;

III – tecnológico - correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica,destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Art. 4º. A educação profissional de nível básico e modalidade de educação não-formal e duração variável destina-se a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.

§1º As instituições federais e as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos apoiadas financeiramente pelo Poder Público, que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico em sua programação, abertos a alunos das

> redes públicas e privadas de educação básica, assim como a trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.
>
> §2º Aos que concluírem os cursos de educação profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional.

Estabeleceram os objetivos, níveis e modalidades da Educação Profissional e as formas de articulação desta com o ensino regular, particularmente com o Ensino Médio. Reestruturou a rede federal, composta pelos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais.

Definiu, também, o chamado nível básico da Educação Profissional como qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia, ocasionando o entendimento de que a Educação Profissional, básica, articulada à elevação da escolaridade, não consistia em objetivo para esta modalidade de ensino.

Decreto nº 2.208/97 é revogado em 23 de Julho de 2004, pelo **Decreto 5.154/2004**

> Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:
>
> I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
>
> II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.
>
> Art. 4o A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2o do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:
>
> I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo
>
> Conselho Nacional de Educação;
>
> II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e
>
> III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto
>
> pedagógico.
>
> § 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:
>
> I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

DECRETO Nº 5.159/04

> Art. 14. À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica compete:
>
> [...]
>
> III - promover o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica em consonância com as políticas públicas e em articulação com os diversos agentes sociais envolvidos;
>
> IV - definir e implantar política de financiamento permanente para a educação profissional e tecnológica;
>
> V - instituir mecanismos e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito da política pública e dos recursos destinados à educação profissional e tecnológica;
>
> VI - fortalecer a rede pública federal de educação profissional e tecnológica, buscando a adequada disponibilidade orçamentária e financeira para a sua efetiva manutenção e expansão;
>
> VII - promover e realizar pesquisas e estudos de políticas estratégicas, objetivando o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica;
>
> VIII - desenvolver novos modelos de gestão e parcerias público-privadas, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da educação profissional e tecnológica;
>
> IX - estabelecer estratégias que proporcionem maior visibilidade e reconhecimento social da educação profissional e tecnológica;
>
> [...]
>
> XI - estabelecer mecanismos de articulação e integração com os sistemas de ensino, os setores produtivos e demais agentes sociais no que diz respeito à demanda quantitativa e qualitativa de profissionais, no âmbito da educação profissional e tecnológica;
>
> XII - zelar pelo cumprimento da legislação educacional no âmbito da educação profissional e tecnológica;
>
> XIII - credenciar e recredenciar os centros de educação tecnológica privados, bem como autorizar, reconhecer e renovar o reconhecimento de seus cursos superiores de tecnologia;

O Decreto possibilita a articulação do Ensino Técnico ao Ensino Médio, com matrícula única e concedendo ao aluno um só diploma, remete aos Estados e Instituições a decisão de ofertar a Educação Profissional seguindo os modelos já existentes – concomitante ou subseqüente – ou optando por uma nova forma – a integrada.

É preciso compreender que o Decreto aprovado expressa as disputas e lutas internas no plano estrutural e conjuntural da própria sociedade, fruto da correlação de forças sociais. Ou seja, no espaço da contradição é a luta pelo novo a partir do velho. É o terreno do espaço público, da luta política expressa em torno de disputas, de avanços e de retrocessos. Nesse sentido, não é por acaso que três dias após a aprovação do Decreto **nº 5.154/2004**, o Ministério da Educação passa a ter uma nova estrutura regimental. Amparado no Decreto **nº 5.159/04**, a SEMTEC passa a ser denominada Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

5.3. LEVANTAMENTO DAS ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES LIGADAS A REDE ESTADUAL DE ENSINO ANTES E DEPOIS DA REFORMA.

Novas Perspectivas

Com base nestas reflexões iniciais podemos depreender que estamos diante de um processo de mudança em que, por um lado, a hegemonia prevalecente parece estar sob o jugo do mercado, buscando elaborar e programar cursos autofinanciados com o objetivo de atender, agilmente, os anseios imediatos dos alunos trabalhadores e dos empresários e, por outro, a hegemonia parece estar sob o domínio dos que defendem um modelo de organização e de gestão pública e estatal, direcionada para a politecnia, fruto daqueles que resistem às políticas mercadológicas e lutam pela escola pública, gratuita e para todos.

Aos poucos foi possível contrapor os discursos divergentes a respeito das políticas publicas ao longo desse processo histórico,para que houvesse um maior esclarecimento sobre estas mudanças e uma interação histórica solida,fez-se necessário compilar documentos que ampliassem conhecimentos sobre essa transição: que, conseqüentemente afetam a educação amazonense defendida por Silva (2000):

> [...] para refletir sobre o problema sócio-educacional do Amazonas é preciso aprender a olhar o especifico, o particular, o diverso, construindo uma interpretação de grande alcance e intensidade capaz de entender as relações econômicas, culturais, educacionais e políticas mundializadas, uma vez que nem as transformações em curso no Amazonas.

Ao fazer um levantamento dos documentos do processo histórico de 1990 a 2007 no contexto na rede estadual de ensino do Estado do Amazonas, antes e

depois da reforma dados de que a SEDUC vem a fazer a separação de Ensino Médio e Ensino Profissionalizantes, sendo que abrange esta área até 2002, o que proporcionar a pesquisa novos horizontes e nova delimitação: Pesquisar a reforma do ensino médio e profissional e sua repercussão na rede estadual de ensino do estado do amazonas: 1990 a 2002.

Ao longo dessa trajetória, varias mudanças nas políticas publicas ocorreram Sendo o Ensino Médio uma preparação do individuo para o mercado de trabalho, os computadores tem que fazer parte do material didático oferecido pela escola. Para que os alunos possam ter acesso a esta tecnologia, familiarizando-se com ela, para poder utilizá-la com agilidade e segurança.

5.3.1 Documentos Compilados

Para que pudéssemos analisar a reforma educacional do ensino médio/profissional a partir de 1990, e estudar quais as mudanças ocorridas nesse período, compilamos vários documentos foram cedidos pelos seguintes órgãos:

- Conselho Estadual de Educação
- Colégio Amazonense D.Pedro II
- Colégio Comercial Sólon de Lucena
- Instituto de Educação do Amazonas
- Escola Estadual Presidente Castelo Branco
- Escola Estadual Professor Djalma da Cunha Batista
- Escola Estadual Senador Petrônio Portela
- Escola Estadual Luizinha Nascimento
- Secretária de Educação do Estado do Amazonas

Em cada momento histórico deixou registrado o objetivo da época pela própria organização das grades e cada momento histórico percorrido pelo país deixou marcado os objetivos centrais de cada época na estrutura do curso, refletida em suas grades curriculares, e, vivenciadas pelos educadores e educandos da época.É de suma importância comparar as convergências e divergência existentes entre as grades curriculares presentes nos documentos cedidos pela Seduc (Secretaria de Educação do Estado do Amazonas), e pelo CEE (Conselho de Educação do Estado).

Durante a coleta de dados, nos foi informado que a Seduc abrigou essa modalidade de ensino até o ano de 2003, onde se formaram as ultimas turmas em nível Técnico, sendo transferida tal responsabilidade posterior a essa data ao CETAM (Centro de Educação Tecnológico do Amazonas). Dentre as variadas resoluções e pareceres relativos à área educacional do estado na capital e no interior, voltadas para o ensino médio profissionalizante destacam-se as seguintes resoluções:

1. Resolução N°003/91
2. Resolução N°016/92
3. Resolução N°017/95
4. Resolução N°030/96
5. Resolução N°076/97
6. Resolução N°054/98
7. Resolução N°067/99
8. Resolução N°119/00
9. Resolução N°120/02

Abordar tais resoluções interfere na compreensão dos interesses regidos na época:

1.Resolução Nº. 003/91 – CEE/AM

Aprovada em 04 de Marco de 1991, as grades curriculares dos cursos de:

a) Não Profissionalizante
b) Técnico em Contabilidade
c) Assistente de Administração
d) Técnico em Secretariado
e) Habilitação em Eletrônica
f) Habilitação em Eletrotécnica
g) Habilitação em Mecânica
h) Habilitação em Patologia Clinica
i) Auxiliar de Enfermagem

A citada resolução aprova as grades curriculares dos cursos técnicos, estudados na pesquisa, sendo que para que haja um maior entendimento e análise detalhada das disciplinas, contrapondo-as com outros cursos decorrentes de reformas educacionais distintas, observemos a grade resumida em matérias e

disciplina do Curso Técnico em Assistente de Administração e Técnico em Secretariado (QUADRO I).

As disciplinas em destaque (*) são aquela que se encontram em outras grades curriculares como parte diversificada, o núcleo comum esta presente em todos os cursos técnicos inseridos nessa resolução. As disciplinas em destaque (**) são aquelas especificas do curso onde afunila diretamente ao interesse central deste ensino.

Tendo como base esta grade, e, a partir da análise realizada a respeito das disciplinas inseridas nas matérias, faz-se a comparação desta com a grade aprovada nesta resolução, conclui-se as disciplinas gerais dos cursos técnicos: Português, Estudos Sociais, Matemática, Ciências, Língua Estrangeira Moderna assemelham – se no decorrer dos cursos citados na resolução, sendo o artigo 7º da lei 5.692/71 conservado, mantendo a exposição das aulas por intermédio das disciplinas clássicas, como Redação e Expressão presente em grades variadas,independentemente de o curso técnico ser inserido na área de humanas,mesclando-se com matérias especificas do curso,como Matemática financeira em Técnico em Contabilidade.Nota-se que entre cursos similares algumas disciplinas se repetem,guiadas pelo parecer nº45/72 CEE.

A grade do curso técnico em secretariado (QUADRO II) segue o modelo das materiais gerais, sendo que as disciplinas Introdução a Filosofia e Redação e Expressão se encontram na grade do Curso Técnico em Assistente Administrativo, Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica e Patologia Clinica.Essa convergência explica-se pelos mesmos, serem amparados pela Resolução N°48/74 CEE e o Parecer N°49/72 CEE.

O curso assemelha-se com o de Assistente Administrativo, onde varias disciplinas como Estatística, Mecanografia e Processamento de Dados, Direito e Legislação e Psicologia repetem-se na grade do curso de Secretariado,obtendo um numero reduzido de disciplinas especificas do curso: Datilografia,sendo que Organização e Técnica Comercial encontra-se na grade do Curso Técnico de Contabilidade.

QUADRO I – Habilitação: assistente administrativo - 1991

MATÉRIA	DISCIPLINA
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA
	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTÓRIA
	HISTÓRIA DO AMAZONAS
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº. 5. 692/71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº. 48/74/ C E	REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA
	*MATEMÁTICA APLICADA
	**NOÇÕES DE VENDA E MARKETING
PARECER Nº. 45/72 C E E	ESTATÍSTICA
	MECANOGRAFIA E PROCESSO DE DADOS
	ECONOMIA E MERCADO
	DIREITO E LEGISLAÇÃO
	*PSICOLOGIA
	*CONTABILIDADE E CUSTOS
	**ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE

A grade do curso técnico em secretariado segue o modelo das materiais gerais, sendo que as disciplinas Introdução a Filosofia e Redação e Expressão se encontram na grade do Curso Técnico em Assistente Administrativo, Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica e Patologia Clinica.Essa convergência explica-se pelos mesmos, serem amparados pela Resolução N°48/74 CEE e o Parecer N°49/72 CEE.

QUADRO II – HABILITAÇÃO TÉCNICO EM SECRETARIADO - 1991

MATÉRIA	DISCIPLINA
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA
	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTÓRIA
	HISTÓRIA DO AMAZONAS
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº. 5. 692/71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº. 48/74/ C E E	*REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	*INTRODUÇÃO A FILOSOFIA
	**DATILOGRAFIA
PARECER Nº. 45/72 C E E	*ESTATÍSTICA
	*MECANOGRAFIA E PROCESSO DE DADOS
	*DIREITO E LEGISLAÇÃO
	*PSICOLOGIA
	** TECNICA DE SECRETARIADO

O curso assemelha-se com o de Assistente Administrativo, onde varias disciplinas como Estatística, Mecanografia e Processamento de Dados, Direito e Legislação e Psicologia repetem-se na grade do curso de Secretariado,obtendo um numero reduzido de disciplinas especificas do curso: Datilografia,sendo que Organização e Técnica Comercial encontra-se na grade do Curso Técnico de Contabilidade.

Em quesito matérias de conhecimentos gerais, a grade curricular do Curso Técnico de Assistente Administrativo segue o modelo padrão, seguido pelos outros cursos técnicos.Existe uma similaridade com os cursos de Secretariado, Eletrônica e Mecânica ligada pela disciplina Introdução a Filosofia, Redação e Expressão, Matemática Aplicada,no Parecer N°45/72 utiliza disciplinas de Secretariado de Contabilidade para caracterizar a parte diversificada do currículo,dentre

elas,destacam-se:Noções de Venda e Marketing e Administração e controle,cuja são focadas na área administrativa e afuniladas aos interesses do curso.

Estudando, analisando, e comparando as grades curriculares dos cursos técnicos, percebe-se a ligação entre três:

**Técnico em Secretariado*
**Técnico em Assistente Administrativo*
**Técnico em Contabilidade*

O curso Técnico em Auxiliar de Enfermagem possui as matérias gerais encontradas nas demais qualificações .Sua grade diferencia-se , pois as disciplinas especificas do curso são guiadas pelo Parecer N°3814/76, exceto uma disciplina(Microbiologia e Parasitologia)são únicas de seu núcleo comum.As disciplinas que abrangem as matérias são:

>Estudos Regionais
>Higiene e Profilaxia
>Anatomia e Fisiologia Humana
>Nutrição e Dietética
>Introdução a Enfermagem
>Enfermagem Médica
>Enfermagem Cirúrgica
>Enfermagem em Saúde Pública
>Psicologia Aplicada e Ética Profissional
>Enfermagem neuropsiquiátrica

2.Resolução Nº. 016/92 – CEE/AM

Foram aprovadas as seguintes grades dos cursos técnicos:

a) Acadêmico (não profissionalizante)
b) Técnico em Contabilidade
c) Técnico em Administração
d) Técnico em Secretariado
e) Habilitação em Eletrônica
f) Habilitação em Eletrotécnica
g) Habilitação em Mecânica

h) Habilitação em Patologia Clinica

i) Auxiliar de Enfermagem

j) Técnico em Agropecuária

l) Magistério de 1° a 4° séries(turnos diurnos e noturnos)

A seguinte Resolução aprovou o componente curricular de dois novos cursos: técnico em agropecuária e técnico em magistério (QUADRO III e IV)

QUADRO III

HABILITAÇÃO: **TECNICO EM AGROPECUÁRIA** INÍCIO: **1993**	
MATÉRIA/INDICADORES	DISCIPLINAS
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	HISTÓRIA
	GEOGRAFIA
	ORGANIZACAO SOCIAL E POLITICA DO BRASIL
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº. 5. 692/71 - CFE	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
LEIS GOVERNO ESTADUAL N°S 1901 E 1906/89	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTORIA DO AMAZONAS
	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA
PARECER Nº. 45/72 CFE	AGRICULTURA
	ZOOTECNIA
	DESENHO E TOPOGRAFIA
	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM
	CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÕES RURAIS
	CULTURAS
	CRIAÇÕES
	ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL
PARECER 48/86 – CFE	ESTÁGIO SUPERVISIONADO

QUADRO IV

HABILITAÇÃO: **TECNICO EM MAGISTERIO DE 1° A 4° SÉRIE DO 1° GRAU** **NOTURNO** INÍCIO: **1993**	
MATÉRIA/INDICADORES	DISCIPLINAS
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	HISTÓRIA
	GEOGRAFIA
	ORGANIZACAO SOCIAL E POLITICA DO BRASIL
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº. 5. 692/71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
LEIS GOVERNO ESTADUAL N°S 1901 E 1906/89	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTORIA DO AMAZONAS
PARECER N° 349/72 CFE	LITERATURA INFANTIL
	REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	HISOTIR DA EDUCAÇÃO
	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
	PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM
	DIDÁTICA GERAL
	DIDÁTICA DA LINGUAGEM
	DIDÁTICA DA MATEMÁTICA
	DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS
	DIDÁTICA DOS ESTUDOS SOCIAIS
	ESTRUTURA E FUNCIONAMNET DE 1° GRAU
PARECER N°48/86	ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Esses cursos ampliaram o leque de opções dos cursos técnicos na década de 90, as duas grades seguem o modelo padrão do núcleo comum dos cursos, a modificação presente na distribuição das disciplinas comparadas a grades expostas anteriormente,onde matéria de Estudos Sociais adicionou-se a disciplina

Organização Social e Política do Brasil,e retirou do quadro Geografia do Amazonas e Historia do Amazonas abarcadas pelas leis estaduais N° 1901 e 1906/89. O Técnico em Agropecuária possui aspectos próprios refletidos na especificidade de sua qualificação, a luz do parecer N° 45/72:

> *Agricultura*
>*Zootecnia*
>*Desenho e Topografia*
>*Irrigação e Drenagem*
>*Construção e Instalações Rurais*
>*Culturas*
>*Criações*
>*Administração e Economia Rural*

Esses conjuntos de disciplinas perpassam por diversas áreas abrangendo de forma completa o curso, onde proporcionava ao aluno a possibilidade ampliada de obter conhecimentos animais (Zootecnia), vegetais (Agricultura), Geográficos (Desenho e Topografia), por exemplo.

O curso Técnico em Magistério de 1° a 4° serie do 1°grau, oferece em sua grade do turno noturno(carga horária total:3.726), vale ressaltar que o curso possuía disponibilidade no turno diurno(carga horária total:3.474) também, onde a grade era similar ao turno exposto.O mesmo seguimento do núcleo comum encontrado no Técnico em Agropecuária,a parte diversificada é regida por duas legislações: pela lei estadual N° 1901 e 1906/89 expondo as disciplinas regionais:Historia e Geografia do Amazonas.E o Parecer 48/86-CFE que proporcionava disciplinas antes oferecidas no núcleo comum,dos cursos técnicos como Redação e Expressão ,a grade curricular abrange as seguintes disciplinas especificas,como Literatura Infantil, História da Educação Sociologia e Filosofia da Educação enriqueciam a formação do técnico em Magistério,complementadas com o leque de disciplinas voltadas para a Psicologia,auxiliava a compreensão do universo infantil,propondo metodologias em Didática ressaltadas em Estrutura e Fundamentos de 1° grau,vivenciada pelo Estágio Supervisionado posteriormente.

Vejamos a grade do curso Técnico em Secretariado presente nesta resolução:

QUADRO V

HABILITAÇÃO: **TECNICO EM SECRETARIADO** INÍCIO: **1993**	
MATÉRIA/INDICADORES	DISCIPLINAS
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	HISTÓRIA
	GEOGRAFIA
	ORGANIZACAO SOCIAL E POLITICA DO BRASIL
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº. 5. 692/71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
LEIS GOVERNO ESTADUAL N°S 1901 E 1906/89	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTORIA DO AMAZONAS
RESOLUÇÃO Nº. 48/74/ C E E	REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA
PARECER Nº. 45/72 C E E	ORGANIZACAO E TECNICA COMERCIAL
	ESTATÍSTICA
	MECANOGRAFIA E PROCESSO DE DADOS
	DIREITO E LEGISLAÇÃO
	PSICOLOGIA
	TÉCNICA EM SECRETARIADO
PARECER N°48/86	ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Comparando esta grade de Secretariado com a anterior, nota-se diferenças gerais relevantes para outros cursos: a disciplina Organização Social e Política do Brasil foi inserida na grade da matéria de Estudos Sociais,e as disciplinas Geografia do Amazonas e Historia do Amazonas passaram a fazer parte do núcleo diversificado.Existe nesta resolução um importante avanço profissional que é a inserção do importante passo na vida colegial,que é o Estagio Supervisionado.

As três reformas na grade ocorreram também nos cursos de: Contabilidade, Patologia Clinica, Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, Administração, onde a nomenclatura do curso foi modificada: de Assistente Administrativo para Técnico em Administração, mas em sua grade ocorreram somente as três gerais, e Auxiliar de

Enfermagem,onde foi inserido entre a parte diversificada focada nos interesses específicos do curso a disciplina:(Noções de Administração de Unidades de Enfermagem)No curso de Contabilidade sendo que os cursos possuem similaridades entre si.

3.Resolução Nº. 017/94 – CEE/AM

Aprova mudanças nas grades curriculares dos cursos de 2° Grau: Habilitação para o Magistério de 1° a 4° série do 1° Grau, Técnico em Contabilidade, Técnico em Agropecuária, Técnico em Secretariado, Mecânica,Eletrônica, Eletrotécnica, Patologia Clinica, Auxiliar de Enfermagem, Técnico em Administração e Não Profissionalizante.Com a finalidade de idealização a partir de 1994, de acordo com a lei N° 8.663 de 14 de Junho de 1993,revogando assim o decreto-lei N°896 de 12 de Dezembro de 1969.

A citada lei, extinguiu a obrigatoriedade das disciplinas Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica nos currículos, com o objetivo de migrar a carga horária e conteúdos programáticos para Ciências Humanas e Sociais.Segundo a introdução encontrada na resolução, no período de novembro a dezembro de 1993,houveram varias reuniões com os mestres responsáveis por ministrar disciplinas que envolvem as áreas acima, a fim de definir o encaminhamento de O.S.P.B e E.M.C,e posteriormente reuniram-se com Diretores das Unidades Educacionais,onde definiram a carga horária de 1h aula voltada para a exposição dos conteúdos dessa disciplina.

4.Resolução Nº. 030 / 96 – CEE/AM

Aprova as grades curriculares de 1° grau e de 2°grau nas seguintes Habilitações Técnicas em:

>Turismo

>Magistério de 1° a 4° série do 1° grau

>Contabilidade

>Eletrônica

>Eletrotécnica

>Mecânica

>Administração

>Não Profissionalizante

>Agropecuária

>Auxiliar de Enfermagem

>Patologia Clínica

A Resolução adiciona um novo curso na grade curricular das instituições, Técnico em Turismo, que possui os componentes curriculares explicitados no quadro VI.

QUADRO VI

HABILITAÇÃO: **TÉCNICO EM TURISMO** INÍCIO: **1996**		
LEGISLAÇAO	**MATÉRIAS**	**DISCIPLINAS**
RESOLUÇÃO N° 048 / 74C. E . E .	PORTUGUES	Língua Portuguesa
		Literatura
	ESTUDOS SOCIAIS	História
		Geografia
	MATEMÁTICA	Matemática
	CIENCIAS	Física
		Química
		Biologia
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Língua Inglesa
		Língua Francesa
		Língua Espanhola
	EDUCAÇÃO FÍSICA	Educação Física
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	Educação Artística
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso
	PROGRAMAS DE SAÚDE	Programas de Saúde
RESOLUÇÃO N° 048 / 74 C. E . E .	FILOSOFIA	Introdução a Filosofia
		Introdução a Estética
	FOTOGRAFIA	Fotografia
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Educação Ambiental
PARECER **Nº. 45/72** **C.F.E**	HISTÓRIA DAS ARTES	História das Artes
	PSICOLOGIA	Psicologia Psicologia Aplicada ao Turismo
	MUSEOLOGIA	Museologia
	FOLCLORE	Folclore
	TÉCNICA DE TURISMO	Teoria E Técnica de Turismo
	ADMINISTRAÇÃO	Administração Legislação Aplicada ao Turismo
	LÍNGUA ESTRANGEIRA	Inglês Técnico Francês Técnico Espanhol Técnico
Leis do Governo Estadual nº1901 e 1906/89	ESTUDOS REGIONAIS	História do Amazonas Geografia do Amazonas
Dec. 87497/82	ESTÁGIO	Estágio Supervisionado

A resolução estabelece como matérias únicas disciplinas antes inseridas na grade como pertencentes de outro componente curricular, como: Administração, Filosofia, Educação Física, Artística e Ensino Religioso, antes presentes em um único modulo guiado pelo Parecer N°3814/76 (no curso Técnico em Auxiliar de Enfermagem, que abriga tais disciplinas em sua grade curricular anterior'1994'). Essas notáveis mudanças são presentes nos demais cursos técnicos mencionados na resolução, a matéria especifica do curso de Turismo é refletida na parte diversificada de sua grade, onde existem duas novas disciplinas: Educação Ambiental inserida no currículo de todos os demais cursos técnicos citados nesta resolução, e a matéria Informática esta presente somente no curso de Magistério de 1° a 4° série do 1° grau.

5.Resolução Nº. 076/97 – CEE/AM

A seguinte resolução apresenta a nova grade curricular especifica do curso de Magistério para os Centros e Núcleos de Excelência Profissional, validos a partir de 1997, aprova também as grades curriculares das turmas 'especiais' dos cursos: Técnico em Turismo e Contabilidade do Colégio Amazonense D.Pedro II e a Escola Estadual Sólon de Lucena (a luz da nova LDB).Tem como função cancelar as grades anteriores aprovadas pela Resolução N° 030/96 para os Centros de Excelência Profissional:IEA, SOLON DE LUCENA E COLÉGIO D. PEDRO II,e,concretizar analises feitas em 1996 nos Centros de Excelência nas mesmas instituições de ensino.

A diferença entre as grades anteriores oriundas das reformas educacionais e essa do Centro de Excelência é visível,as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPb) foram extintas enquanto disciplina pela Lei n° 8.663/1993,seus conteúdos foram distribuídos entre três disciplinas:História, Geografia e Ensino Religioso,os conteúdos de Programa de Saúde foram transferidos para a disciplina Biologia,e os conteúdos programáticos de História e Geografia do Amazonas foram expostos juntamente com História,Geografia e Educação Ambiental.

QUADRO VII

HABILITAÇAÕ: **MAGISTÉRIO DE 1° A 4° SÉRIE**		INICIO:**1996**
LEGISLAÇÃO	**MATÉRIAS**	**DISCIPLINAS**
Resolução N° 006/86 C. F. E	**PORTUGUÊS**	Língua Portuguesa
		Literatura
	ESTUDOS SOCIAIS	História
		Geografia
	MATEMÁTICA	Matemática
	CIÊNCIAS	Física
		Química
		Biologia
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Língua Inglesa
Art. 7° da Lei n° 5.692 / 71	**EDUCAÇAO FÍSICA**	Educação Física
	EDUCAÇÃO ARTISTICA	Educação Artística
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso
Parecer N° 349/72	**FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**	História da Educação
		Sociologia da Educação
		Filosofia da Educação
		Psicologia da Educação
	DIDÁTICA	Didática Geral
		Didática da Linguagem
		Didática da Matemática
		Didática das Ciências
		Didática dos Estudos Sociais
	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental
Resolução N° 48/74 C. E . E .	**INFORMÁTICA**	Informática na Educação
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Educação Ambiental
	ESTUDOS COMPLEMENTARES	Fundamentos da Ed.Infantil
		Fundamentos da Ed. Especial
		Fundamentos da Ed. de Jovens e Adultos
		Introdução a Metodologia Cientifica
	ESTÁGIO	Estágio Supervisionado

Alem da organização estética, pois esta muito bem organizada e dividida,as disciplinas inseridas são riquíssimas, a matéria volta-se especificamente para a área educacional, como é a caso da Informática que tem como disciplina Informática na Educação, o ensino é voltada para a educação, e o leque curricular presente nos estudos complementares perpassa por variadas áreas (educação de jovens e adultos por exemplo),vale ressaltar a importante introdução a metodologia cientifica que auxilia os professores a aperfeiçoarem seus trabalhos e ,consequentemente a transmitir esses saberes.

O curso Técnico em Turismo do Centro de Excelência Colégio D.Pedro II e o curso Técnico em Contabilidade do Sólon de Lucena,seguem o modelo do curso de

Magistério,turismo diferencia-se por conservar a grade antiga sobre a égide da matéria Língua Estrangeira Moderna,que continua abrangendo Língua Inglesa,Língua Francesa e Língua Espanhola,tem entre sua parte diversificada novas matérias:História das Artes/Folclore e Fundamentos Psicossocias .Em seus estudos complementares encontram-se distintas disciplinas(Primeiros Socorros/Sobrevivência na Selva/Relações Interpessoais no Trabalho).

Assim como Turismo,Contabilidade possui em sua grade a disciplina Fundamentos Psicossocias,as demais matérias são oriundas das grades antigas,apenas reformuladas e renomeadas.Os Estudos Complementares é recheado de conhecimentos relevantes:Redação Oficial,Introdução a Administração e Relações Humanas no Trabalho.

6.Resolução Nº. 054/98 – CEE/AM

A Resolução autoriza a Escola Estadual Djalma Batista ofertar o Curso Técnico de Enfermagem aos alunos que estavam cursando Auxiliar de Enfermagem 2° e 3° série, a fim de disponibilizar as matérias necessárias para que estes fossem enquadrados com sucesso no Curso Técnico (Quadro VIII).

Aprova as grades dos cursos citados para iniciar em 1996. Enquanto a matriz da habilitação, comparando-a com os conteúdos programáticos da Resolução 030/96, a principal mudança esta em sua nomenclatura, passa de Auxiliar de Enfermagem para Técnico de Enfermagem, pois as matérias se repetem,juntamente com as disciplinas , o direcionamento legislativo e a carga horária do curso.

QUADRO VIII

HABILITAÇAÕ: **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**		INICIO: **1996**
LEGISLAÇÃO	**MATÉRIAS**	**DISCIPLINAS**
Resolução N° 006/86 C. F. E	**PORTUGUÊS**	Língua Portuguesa
		Literatura
	ESTUDOS SOCIAIS	História
		Geografia
	MATEMÁTICA	Matemática
	CIÊNCIAS	Física
		Química
		Biologia
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Língua Inglesa
		Língua Francesa
		Língua Espanhola
Art. 7° da Lei n° 5.692 / 71	**EDUCAÇAO FÍSICA**	Educação Física
	EDUCAÇÃO ARTISTICA	Educação Artística
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso
	PROGRAMAS DE SAÚDE	Programas de Saúde
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Educação Ambiental
Parecer N° 349/72	**INSTRUMENTAIS**	Higiene e Profilaxia
		Estudos Regionais
		Anatomia e Fisiologia Humana
		Microbiologia e Parasitologia
		Nutrição e Dietética
	PROFISSIONALIZANTES	Introdução a Enfermagem
		Noções de Administração de Unidades de Enfermagem
		Enfermagem Médica
		Enfermagem Cirúrgica
		Enfermagem Materno-Infantil
		Enfermagem Neuropsiquiátrica
		Enfermagem em Saúde Pública
		Psicologia Aplicada e Ética Profissional
	ESTUDOS REGIONAIS	História do Amazonas
		Geografia do Amazonas
	ESTÁGIO	Estágio Supervisionado

7.Resolução Nº. 067/99 – CEE/AM

A citada Resolução aprova os componentes curriculares dos Cursos Técnicos Profissionalizantes, a partir de 1998, das Intuições responsáveis os respectivos Cursos que ofereciam:

- Colégio Amazonense D.Pedro II >Técnico emTurismo
- Sólon de Lucena >Técnico em Contabilidade e Administração
- Isaac Swerne > Técnico em Contabilidade
- Osmar Pedrosa > Técnico em Contabilidade
- Djalma da Cunha Batista > Técnico em Enfermagem, Técnico em Patologia Clínica,Técnico em Prótese Dentária.
- Petrônio Portela > Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica em Mecânica de Maquinas e Motores.

As matrizes curriculares dos Centros de Excelência Profissional afunilam disciplinas anteriores do curso aprovadas em outras resoluções e incorpora matérias oriundas de diversas qualificações.

A grade estrutura-se no modelo padrão para todos os cursos, subdividindo-se estruturalmente em Módulos, nivelando assim cada processo da relação de aprendizagem , a luz da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9.394/96.

Visando a melhor qualificação profissional, a disciplina: Informática;e inserida na matriz curricular da maioria das habilitações(exceto Eletrotécnica e ,na grade especial de Prótese Dentária).Os componentes curriculares presentes na Habilitação Técnica em Contabilidade sofrem modificações similares as do curso de Turismo,onde se certificam disciplinas oriundas de outra matriz,neste caso em particular, da resolução 017/94,existe variadas adaptações refletidas na nomenclatura das disciplinas,e a inserção de Informática no I Módulo:Fundamentos Técnicos Contábeis que abriga as matérias bases.II Módulo:Atividade Mercadológica > em destaque:Legislação Comercial e Tributaria.III Módulo:Contabilidade Pública.IV Módulo > Contabilidade Industrial/Custo Industrial/Controle de Estoque,e por ultimo V Módulo:Contabilidade Bancaria>seguindo-se do Estágio Supervisionado.

O Curso Técnico em Administração possui em seu quadro, a mesma formação encontrada na resolução n º 030/96 em quesito matérias clássicas encontradas, por exemplo, no Módulo I Básico :Estatística,juntamente com Introdução a Economia e Contabilidade Geral I(uma das disciplinas inseridas no currículo é de suma importância que o administrador obtenha conhecimentos contábeis e econômicos, sendo ele o líder desses referenciais).II Módulo:Gestão

Financeira e de Material(Marketing/Material Financeiro),neste módulo especifica-se a disciplina economia ,focalizando-a para os interesses locais>Economia Regional.III Módulo:Gestão de Produção ,esse módulo á o mais extenso e comporta sete disciplinas,cuja essências são voltadas para o enriquecimento da relação Administrador-administrado(disciplinas :Relações Publicas e Administração de Recursos Humanos)e Produtividade (Planejamento/Administração de Produção/Legislação Comercial e Tributaria.)

O Curso Técnico modifica-se em sua estrutura: Técnico Mecânica de Maquinas e Motores, a grade pouco se encontra de matérias de currículos anteriores (Física Aplicada/ Desenho Básico / Produção Mecânica e Maquinas e Sistemas Térmicos e Hidráulicos.A matriz divide-se em IV Módulos que se compõe de disciplinas como:I Módulo Básico (Material Básico/Industrial/Informática/Psicologia Aplicada ao Trabalho),II Módulo : Tornearia Mecânica (Tecnologia Mecânica /Tornearia Mecânica)III Módulo:Forja Fundição e Sondagem (Fundição/Serralheria).IV Módulo:Mecânica de Motores e M.S.T.H (Ajustagem/ Instrumentação e Controle)e o Estágio Supervisionado.

O Curso Técnico em Eletrônica obteve quatro disciplinas oriundas dos outros grades aprovada pela resolução 030/96 (as disciplinas a seguir estão presentes na resolução 030/96 nos cursos técnicos em Eletrônica e Mecânica: Física Aplicada /Eletricidade Básica /Desenho Básico /Eletrotécnica e Tecnologia dos Componentes esta ultima,presente com outra nomenclatura:Tecnologias dos Matérias.A matriz e organizada em IV Módulos ,contendo disciplinas voltados para a qualidade do trabalho e a relação do trabalhador:I Modulo Básico (Psicologia Aplicada ao trabalhado/Informática)II Modulo :Instrumentação Eletrônica (disciplinas inéditas:Segurança do Trabalho/Eletrônica Geral)III Modulo Telecomunicações (Telefonia/Sistema de Áudio e Vídeo)IV Modulo Eletrônica Digital(Eletrônica Industrial/Microcomputadores e Periféricos).

Nota-se a inclusão digital nas disciplinas: Informática,a importância da era globalizada reflete-se em todas as grades curriculares, e para que o mercado de trabalho tivesse credibilidade nas habilitações,elas precisavam proporcionar ao aluno conhecimentos necessários sobre áreas tecnológicas digitais(que se expandiam com rapidez inestimável), tendo como objetivo facilitar o acesso do estudante no mercado de trabalho.

O Técnico em Eletrotécnica obtinha uma qualificação ampla sobre Eletricidade, sua grade era formada por varias disciplinas novas,só encontram-se duas da matriz anterior(Desenho Básico e Máquinas Elétricas com nomenclatura diversificada:Instalações Elétricas > aprovadas pelas resolução nº030/96).Sua nova formação referida ao Centro de Excelência compõe-se IV Módulos,com a mesma visão de proporcionar a 'humanização' do ambiente de trabalho do curso de Eletrônica ,repetem-se as disciplinas citadas acima ,o currículo inova-se pelo surgimento no I. Módulo(Noções de Eletricidade) II. Projetista de Planta Baixa (Matérias Elétricos I e Medidas Elétricas I) III. Eletricista de Máquinas (Matérias Elétricos II e Medidas Elétricas II) IV.Eletricista de Manutenção e Instalações Elétricas(Sistemas de Potencia/Noções de Eletrônica Digital).

8.Resolução Nº. 119/00 – CEE/AM

Diz respeito ao ensino regular dos níveis de ensino Fundamental e Médio das Escolas Publicas Estaduais da Capital e do Interior ,e anuncia a implantação de Colégios Integrais a partir do ano 2000, que prevê a extinção dos Centros de Excelência e Núcleos de ensino profissional da rede estadual, onde,posteriormente seriam transformados em Instituições Educacionais em tempo integral.

9.Resolução Nº. 120/02 – CEE/AM

Aprova a estrutura curricular do Ensino Fundamental e o Ensino Regular a nível Médio, a serem ministradas nas Escolas Publicas Estadual, a partir de Janeiro de 2003, enfatizando na resolução sua: "operacionalização imediata" a partir desta, encerra-se oficialmente o Ensino Médio/Profissional, passando a responsabilidade para o CETAM(Centro Estadual Tecnológico do Amazonas).

Escola
Colégio Amazonense D.Pedro II
Histórico

O Colégio que teve suas obras iniciadas em 25 de marco de 1881 foi inaugurado aos cinco dias domes de Setembro de 1886, pelo então Presidente de

Província, Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcelos Chaves, que o fez solenemente registrando o acontecimento em ata assinada pelo Presidente e demais autoridades presentes.

Sendo o prédio formado por amplo espaço físico, para eles foram transferidos , em 1887,o Lyceu , a Escola Normal e a Diretoria da Instrução Publica, em1888 o Museu Botânico; em 1889 a Biblioteca, o setor de Estatística e Obras Públicas bem como Arquivo Publico, o Tiro de Guerra, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco e a Assembléia legislativa também funcionaram no local.

O Lyceu Amazonense foi extinto em 1890 pelo Governador Augusto Ximenes de Villeroy,através do decreto n 15 de 17 de janeiro e nessa mesma data , conforme Decreto n 16 transformou a Escola Normal em Instituto Normal Superior, que teve sua regulamentação efetuada mediante Decreto nº. 32 de 19 de fevereiro de 1890.

No decorrer de sua existência eivada de modificações, o Colégio Amazonense D. Pedro II teve seu nome alterado varias vezes, somente na Gestão do Dr. Paulo Nery foi mantida a denominação de Colégio Amazonense (Decreto nº Pedro II). Mas seu nome originou-se por intermédio do Governador José Bernadino Lindoso por Decreto nº. 6248, de 6 de abril de 1982,deu-lhe o nome de Colégio Amazonense Dom Pedro II, que permanece até os dias de hoje.

Atualmente o Colégio encontram-se, respectivamente na direção do Professor Antonio Carlos Nogueira de Araújo,e é considerado como padrão de ensino sofreu ao longo dos últimos anos reforma curricular comecandocomaextincaoem1990, do 1 grau permanecendo apenas o 2 grau, cujo ingresso o aluno devia habilitar-se por processo seletivo, o que ocorreu ano de 1992.Acrescenta-se a esse fato o selecionamento do corpo docente,visando a melhoria do ensino e o conseqüente aproveitamento didático dos alunos.

Em 1925 em homenagem ao centenário do nascimento de D.Pedro II,o Interventor Alfredo Sá;mudou a denominação de Lyceu Amazonense para Ginásio Amazonense D.Pedro II em uma homenagem aquele que assinar o ato de criação do estabelecimento.

Ao longo da trajetória educacional do Colégio D.Pedro II foram criados vários cursos tais como: Agrimensura(Lei 69, de 24 .08.1894);Comercial(Decreto nº 13,de 27.12.1897)seguindo de outros a saber:Humanidade,Clássico Cientifico, Pré-médico, Laboratório,Acadêmico e Patologia Clinica.

Em1969, o Colégio Estadual festejou o seu centenário. O espaço físico do colégio agasalha 20 salas de aula em cada turno, 01 Laboratório que permite aos alunos estudarem física, química e biologia ainda que precariamente, sala dos professores, sala de orientação pedagógica, sala de educação física e um consultório médico que no momento se encontre desativado.

Hoje o Colégio não possui curso profissionalizante, mas apenas o acadêmico, e seu respectivo emblema, com desenho da qual configura um castelo tem referencia a homenagem prestada ao seu patrono, D.Pedro II,Imperador do Brasil.

O corpo docente é composto por 97 professores, alguns dos quais lecionam em dois turnos a fim de completar a carga horária. O curso acadêmico esta constituído por 2.526 alunos divididos nas três series.

Aparato Legal :Resolução Nº76/97-CEE/AM

A seguinte resolução apresenta a nova grade curricular especifica de variados cursos,entre eles o curso de Turismo para o Centro de Excelência Profissional Colégio D.Pedro II, validos a partir de 1997, (a luz da nova LDB).A resolução tem como função cancelar as grades anteriores aprovadas pela Resolução N° 030/96 para os Centros de Excelência Profissional,inclusive o D.Pedro II,e,concretizar analises feitas em 1996 nos Centros de Excelência nas mesmas instituições de ensino.

QUADRO IX - Grade Curricular

HABILITAÇAÕ: **TÉCNICO EM TURISMO**		INICIO:**1997**
LEGISLAÇÃO	**MATÉRIAS**	**DISCIPLINAS**
NÚCLEO COMUM	**PORTUGUÊS**	Língua Portuguesa
		Literatura
	ESTUDOS SOCIAIS	História
		Geografia
	MATEMÁTICA	Matemática
	CIÊNCIAS	Física
		Química
		Biologia
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Língua Inglesa
		Língua Espanhola
		Língua Francesa
	EDUCAÇAO FÍSICA	Educação Física
	EDUCAÇÃO ARTISTICA	Educação Artística
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso
PARTE DIVERSIFICADA	**HISTÓRIA DAS ARTES / FOLCLORE**	História das Artes / Folclore
	TÉCNICA DE TURISMO	Teoria e Técnica de Turismo
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Inglês Aplicado
		Francês Aplicado
		Espanhol Aplicado
	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS	Fundamentos Psicossocias
	INFORMÁTICA	Informática na Educação
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Educação Ambiental
	ESTUDOS COMPLEMENTARES	Primeiros Socorros
		Sobrevivência na Selva
		Relações Interpessoais no Trabalho
	ESTÁGIO	Estágio Supervisionado

Aparato Legal :Resolução Nº67/99-CEE/AM

A resolução aprova a Matriz Curricular dos cursos presentes nos Centros de Excelência,para ser aplicado a partir de 1998, das Intuições responsáveis entre eles o:

- Colégio Amazonense D.Pedro II >Técnico em turismo

As matrizes curriculares dos Centros de Excelência Profissional afunilam disciplinas anteriores do curso aprovadas em outras resoluções e incorpora matérias oriundas de diversas qualificações.

Quadro X – Grade Curricular

MATÉRIAS	DISCIPLINAS
I Módulo Básico	Teoria e Técnica em Turismo
	História Aplicada ao Turismo
	Geografia Aplicada ao Turismo
	História da Cultura das Artes
	Informática
	Relações Interpessoais
	Técnicas de textos e Comunicação
	Espanhol Básico
II Guia de turismo Regional	Teoria e Técnica para Guia em turismo
	Inglês Aplicado
	Espanhol Aplicado
	Psicologia
	Patrimônio Histórico e Manifestações Culturais
	Primeiros Socorros e Sobrevivência na Selva
III Agência de Turismo e Transportes	Teoria e Técnica em Hotelaria
	Inglês Aplicado
	Espanhol Aplicado
IV Hotelaria	Teoria e Técnica em Hotelaria
	Inglês Aplicado
	Espanhol Aplicado
V Promotor e Organizador de Eventos	Teoria e Técnica em Eventos
	Etiqueta Cerimonial
Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado

A grade estrutura-se no modelo padrão para todos os cursos, subdividindo-se estruturalmente em Módulos, nivelando assim cada processo da relação de aprendizagem , a luz da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9.394/96.

Os componentes curriculares do Curso Técnico em Turismo assemelham-se com anteriores oferecidas em sua habilitação, como: Teoria e Técnica em turismo aprovada pela resolução 76/96,modificam-se a nomenclatura,antes:Teoria e Técnica de Turismo(somente a preposição),conserva-se as matérias de Língua Inglesa e Espanhola,extingui-se o ensino da Língua Francesa, nas demais disciplinas ocorre sutil mudança nas temáticas, focalizando objetivamente a finalidade da habilitação,

transmitir conhecimentos a respeito de Turismo, disciplinas quais são ensinadas em prol do Curso (História e Geografia Aplicada ao Turismo por exemplo).

Visando a melhor qualificação profissional, a disciplina: Informática;e inserida na matriz curricular da maioria das habilitações(exceto Eletrotécnica e ,na grade especial de Prótese Dentária).Dentre as inovações encontradas nessa Matriz,destacam-se :no Módulo I >Teoria e Técnica para guia em Turismo/Módulo II > Manifestações Culturais/Módulo III>Teria e Técnica em: Agencia de Turismo,Hotelaria e Eventos e Etiquetas Cerimonial , Administração na área de Hotelaria.

Escola Estadual Sólon de Lucena

Histórico

O Colégio Comercial Sólon de Lucena,foi fundado no dia 26 de Novembro de 1909 com o nome de Escola de Comercio de Manaus e pertencia ao Município.No ano de 1954, dados as dificuldades pois atravessava a comuna manauara,passou para a gestao do estado.

No período de 1921 e1922 a Escola atuas passoupor diversas dificuldadse financeiras, ficando inclusive os corpos docentes e administrativos sem receber seu vencimentos por mais de oito meses, quando a congregação achou porbemfazer umapelo ao Brasil,cujo o atendimento partiu do Estado da Paraíba,que era governado pelo Dr.Solon Barbosa de Lucena e, em uma prova de reconhecimento a este grandehomem pulblico foi lhe dado o nome de Escola Municipal de Comercio “Sólon de Lucena” posteriormente, em a incorporação ao Estado do Amazonas, passou a denominar-se “Escola Técnica de Comercio Solon Lucena”.

Em 1996 na Escola Estadual “Sólon de Lucena” foi implantado o Centro de Excelência Profissional”Sólon de Lucena” de acordo com a Resolução nº 76/97,do Conselho Estadual de Educação do Amazonas,ART.3º aprovado em 29 de Agosto de 1997,umnovomodelo de escola de 2º grau que tinha como objetivo possibilitar um ensino profissionalizante e acadêmico de qualidade.O ensino profissionalizante iniciou-se na inastituiacao em 1988,formando sua ultima turma de Técnicos em Auxiliar Administrativo em 2002.

Cursos Profissionalizantes oferecidos pela Escola:

>Mecânica

>Patologia Clinica

>Auxiliar de Enfermagem

>Contabilidade

>Técnico em Administração

Aparato Legal :Resolução Nº003/91-CEE/AM

Aprovada em 04 de Marco de 1991, as grades curriculares dos cursos Técnicos,entre eles,habilitações encontradas no Solon de Lucena no período de 1991:

- Técnico em Contabilidade
- Habilitação em Eletrotécnica
- Habilitação em Mecânica
- Habilitação em Patologia Clinica
- Auxiliar de Enfermagem

Grade Curricular

Merecem destaque,as grades não expostas em outras instituições,analisemos a matriz curricular da habilitação em Eletrotécnica e Auxiliar em Enfermagem:

Quadro XI – GRADE CURRICULAR

HABILITAÇÃO: **TÉCNICO EM MECANICA** INÍCIO: **1991**	
MATÉRIA	DISCIPLINA
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA
	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTÓRIA
	HISTÓRIA DO AMAZONAS
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº5. 692/71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 48/74/ C E E	REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA
	**MATEMÁTICA FINANCEIRA
	**ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇO
PARECER Nº 45/72 C E E	ESTATÍSTICA
	MECANOGRAFIA E PROCESSO DE DADOS
	ECONOMIA E MERCADO
	DIREITO E LEGISLAÇÃO
	*CONTABILIDADE E CUSTOS
	ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA COMERCIAL

Quadro XII – Grade Curricular

HABILITAÇÃO: **TÉCNICO EM SECRETARIADO** INÍCIO: **1991**	
MATÉRIA	DISCIPLINA
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA
	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTÓRIA
	HISTÓRIA DO AMAZONAS
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº. 5. 692/71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº. 48/74/ C E E	*REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	*INTRODUÇÃO A FILOSOFIA
	**DATILOGRAFIA
PARECER Nº. 45/72 C E E	*ESTATÍSTICA
	*MECANOGRAFIA E PROCESSO DE DADOS
	*DIREITO E LEGISLAÇÃO
	*PSICOLOGIA
	** TECNICA DE SECRETARIADO

O curso Técnico em Auxiliar de Enfermagem possui as materiais gerais encontradas nas demais qualificações .Sua grade diferencia-se , pois as disciplinas

especificas do curso são guiadas pelo Parecer N°3814/76,exceto uma disciplina(Microbiologia e Parasitologia)são únicas de seu núcleo comum.As disciplinas que abrangem as matérias são:

>Estudos Regionais
>Higiene e Profilaxia
>Anatomia e Fisiologia Humana
>Nutrição e Dietética
>Introdução a Enfermagem
>Enfermagem Médica
>Enfermagem Cirúrgica
>Enfermagem em Saúde Pública
>Psicologia Aplicada e Ética Profissional
>Enfermagem neuropsiquiátrica

Escola Estadual Presidente Castelo Branco

Histórico

Em 09 de Agosto de 1968 o Ginásio “Presidente Castelo Branco” foi criado e pelo Decreto – lei 655 de 25.10.67 foi inaugurado pelo então Presidente da República Marechal Arthur da Costa E silva, com turmas de 5 a 8 série no período de 1968 a 1978.Em 1979 foi criado pelo Decreto-lei n 1459 a unidade integrada “Presidente Castelo Branco ”, com turmas de 1 a 4. série, no turno vespertino.Em 1971 a unidade educacional “Presidente Castelo Branco”,com turmas de 5. a 8. serie nos turnos matutino e noturno e subunidade “Presidente Castelo Branco”,com turmas de 1 a 4 serie no turno vespertino.Porem em 1967 assumiu a direção da escola, o professor Juracy Batista Gomes.

Conforme Decreto n.4870 de 24.03.80, passou a denominar-se escola de 1.grau Presidente Castelo Branco tendo como diretor o professor Jose Maria Ribeiro no período 1979 a 1982.Nesta mesma administração, em1981 teve inicio o 2.grau em Habilitação em Assistente em Administração no turno Noturno.

No ano de1983 assumiu a direção da escola a Supervisora Maria Neilce de Oliveira mantendo-se no cargo ate o ano de 1986.

Em 1988 o Colégio recebeu o titulo de escola de 1. e 2. graus Presidente Castelo Branco,neste período retornou ao cargo de Diretora a Supervisora Maria Neilce de Oliveira,através da portaria GS 0976/88,permanecendo ate o ano de1991.

No período de 1989 a escola de 1 e 2 graus passou a denominar-se escola estadual Presidente Castelo Branco de acordo com o contexto da comunidade,em 1990 foi implantando o curso não profissionalizante acadêmico(matutino),autorizado pelo Parecer n.100/86.

No período de marco a junho de 1992 a professora Maria do Rosário Alves da Silva,substituiu então a diretora Maria Neilce de Oliveira pela portaria c.

Assumiu em 1993, permanecendo ate o fim do ano de 1995 a professora Vilma Vitoriano Geber.Neste mesmo ano no dia 5 de dezembro,houve eleição para diretores, sendo eleito pelo voto direto dos alunos e professores o professor Raimundo Cavalcante Lima,assumindo a direção no período de5.01.1996 a 04.01.98.

Em 1996 com projeto de tornar a escola em Centro de Excelência, foi implantado nos três turnos os cursos profissionalizantes de Administração, objetivando preparar pessoas qualificadas para o mercado de trabalho.

Em 1998 assumiu a direção da escola a professora Juliana Costa Gadelha, pela portaria GS 394 de acordo coma necessidade da comunidade o 1 grau passou a ser Ensino Médio ,aprovado pela resolução 003/99 CEE/AM.E foi amparado pela resolução 118/2000 CEE/AM>

Com as mudanças educacionais foi nomeada pela portaria GS 179/01 a Psicopedagoga Rita Mara Garcia Avelino, no período de 30.12.01 a 30.12.02.

Foi nomeada como Diretora a Pedagoga Antonia dos Santos de Godoy, pela portaria GS 188/03, exercendo o cargo ate setembro de 2005.

Conforme a portaria GS 920/05 assumi a direção da escola a professora Maria Bezerra de Oliveira Tundis cuja Gestão se estende ate a presente data.

Atualmente a escola oferece o ensino médio em três turnos:Matutino,Vespertino e Noturno.

Aparato Legal :Resolução Nº003/99-CEE/AM

Não fornecida pela escola,nem pelos órgãos responsáveis.

Grade Curricular

Não fornecida pela escola, nem pelos órgãos responsáveis

Escola Estadual Professor Djalma da Cunha Batista

Histórico

A Escola Estadual Professor Djalma da Cunha Batista ,foi criada através do Decreto nº 4.814 , de 01 de Fevereiro de 1980, iniciando suas atividades em Marco deste mesmo ano, oferecendo o ensino das primeiras series do 1º grau,no turno Matutino e ensino de 5º a 8º série do 1º Grau, nos turnos matutino e noturno e, neste ultimo , também , a educação integrada.

A escola recebeu este nome através do Governante José Lindoso em 1979, em homenagem ao ilustre professor, medico, pesquisador e estudioso da Amazônia, Djalma da Cunha Batista.

A partir de 1987, a Escola passou a oferecer,além dos já citados, o ensino de 2º grau profissionalizante, com os cursos Técnicos de Patologia Clinica e Eletrônica.A partir de 1992, no seu rol de cursos inclui-se o Ensino Não-Profissionalizante.No período de 1980 a 1997 inclui-se 1º a 8º série e 2º grau Profissionalizantes e Técnicos em Patologia Clínica e Não-Profissionalizante.

A partir de Abril de 1998 a 2000, a escola foi transformada em Centro de Excelência Profissional:Patologia Clinica, Enfermagem e Prótese Dentária, o curso de Auxiliar de Enfermagem foi transferido da Escola Petrônio Portella e transformado em Técnico para o funcionamento nesta Escola, além do Ensino Fundamental(de 5º a 8º série) Ensino Médio.

Em 2004 aconteceu a finalização do curso Técnico em Enfermagem e por decisão do Governo do Estado foi criado o Centro Tecnológico do Amazonas (CETAM), para Coordenar a educação profissional no estado e com isto, a Escola Estadual Professor Djalma da Cunha Batista em 2005, funcionou com 16 turmas de Ensino Fundamental no turno matutino e 11 turmas de Ensino Médio no turno vespertino.

Em 2006 e 2007 ,a Escola ofereceu o Ensino Fundamental (5º a 8º) nos turnos integral diurno e Ensino Médio regular noturno.O critério de acesso na escola para o ensino fundamental é estabelecido apenas na 5º série, com exame de seleção ,no ensino médio a entrada de davão através da Central de Matriculas.

A partir do ano de 2008ª Escola passou a oferecer somente o Ensino Fundamental na turma integral onde o acesso continua sendo por intermédio de exames de seleção para o 6 º ano.Somente os alunos devidamente matriculados nas escolas publicas estaduais de 5º ano realizaram esta avaliação, estudantes de escolas municipais e particulares foram selecionados por meio de boletim escolar.

Aparato Legal : Resolução Nº003/91-CEE/AM

Aprovada em 04 de Marco de 1991, as grades curriculares dos cursos Técnicos com Habilitação em variadas áreas:humanas,exatas ,biologias, automotivas e elétricas,entre os curso oferecidos na área de biológicas,a Escola Estadual Djalma da Cunha Batista proporcionou nesta época :

h) Habilitação em Patologia Clinica

Quadro XIII - Grade Curricular

HABILITAÇÃO: **TÉCNICO EM PATOLOGIA CLÍNICA** INÍCIO: **1991**	
MATÉRIAS	DISCIPLINA
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA
	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTÓRIA
	HISTÓRIA DO AMAZONAS
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº5. 692/71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 48/74/ C E E	REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA
	QUÍMICA APLICADA
PARECER Nº 45/72 C E E	FUNDAMENTOS (Suplementação)

	BIOLOGIA CELULAR
	MICROBIOLOGIA
	PARASITOLOGIA
	IMUNOLOGIA
	BIOQUÍMICA

A grade do curso Técnico em Patologia Clinica e constituída pelas matérias comuns e gerais dos outros cursos,embasados na Resolução N°45/71,repete-se as disciplinas:Introdução a Filosofia,Redação e Expressão,adicionando-se na primeira fase do currículo somente Química Aplicada referente delimitadamente aos interesses particulares dos curso.Posteriormente,a segunda fase oferece as disciplinas presentes no Parecer N° 2934/75,que aprovou:

>Fundamentos em Patologia Clinica/Biologia Celular

>Imunologia/Hematologia/Bioquímica

Vale ressaltar a existência da disciplina: Microbiologia e Parasitologia,estreitando a relação do Curso com o de Auxiliar de Enfermagem.

Quadro XIV – Grade Curricular

HABILITAÇÃO: **TÉCNICO EM PATOLOGIA CLÍNICA** INÍCIO: **1991**	
MATÉRIAS	DISCIPLINA
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA
	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTÓRIA
	HISTÓRIA DO AMAZONAS
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº5. 692/71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 48/74/ C E E	REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA
	QUÍMICA APLICADA
PARECER Nº 45/72 C E E	FUNDAMENTOS (Suplementação)

	BIOLOGIA CELULAR
	MICROBIOLOGIA
	PARASITOLOGIA
	IMUNOLOGIA
	BIOQUÍMICA

Resolução Nº017/94-CEE/AM

Aprova mudanças nas grades curriculares dos cursos de 2° Grau: Habilitação Patologia Clinica, Com a finalidade de idealização a partir de 1994, de acordo com a lei N° 8.663 de 14 de Junho de 1993,revogando assim o decreto-lei N°896 de 12 de Dezembro de 1969.

A citada lei, extinguiu a obrigatoriedade das disciplinas Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica nos currículos, com o objetivo de migrar a carga horária e conteúdos programáticos para Ciências Humanas e Sociais

. .

Quadro XV - Grade Curricular

HABILITAÇÃO: **PATOLOGIA CLÍNICA** INÍCIO: **1994**	
MATÉRIA	DISCIPLINA
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA
	HISTÓRIA
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº5. 692 / 71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
LEI DO GOVERNO ESTADUAL N°1901 E 1906 / 89	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTÓRIA DO AMAZONAS
RESOLUÇÃO Nº 48 / 74/ C E E	REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	INTRODUCAO A FILOSOFIA
	QUÍMICA APLICADA
PARECER	FUNDAMENTOS EM PATOLOGIA CLINICA
	BIOLOGIA CELULAR

Nº 2934/78 C E E	MICROBIOLOGIA
	PARASITOLOGIA
	IMUNOLOGIA
	BIOQUÍMICA
PARECER N° 48/98 - CFE	ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Não existe muitas divergências entre as grades de 1991 e 1994,somente a mudança de nomenclatura disciplinar :Fundamentos (existente na resolução 003/91) para Fundamentos em Patologia Clinica houve uma especificidade maior desta matéria no curso.O marco principal desta resolução foi a de extinguir as disciplinas esta resolução teve como finalidade retirar dos alunos o direito de conhecer mais sobre as políticas que o regem, e consequentemente lutar pelos direitos e cobrar os deveres dos respectivos governantes,em suma,este é um método típico do grande Capital em alienar os alunos a somente obter conhecimentos centrados na função que irão exercer,para trazer-lhe lucro,o conhecimento abre-lhe os olhos,e ,não e interessante,para o grande capital perder indivíduos capacitados para oferecer mão-de-obra qualificada e barata.

Resolução Nº030/96-CEE/AM

Aprova as grades curriculares de 1° grau e de 2°grau dos cursos profissionalizantes oferecidos pelo Estado do Amazonas, incluindo a Habilitação Técnicas em:

>Patologia Clínica

Quadro XVI - Grade Curricular

HABILITAÇÃO: **TÉCNICO EM PATOLOGIA CLÍNICA** INÍCIO: **1996**		
LEGISLAÇAO	**MATÉRIAS**	**DISCIPLINAS**
RESOLUÇÃO N° 006 / 86 C. E . E .	PORTUGUES	Língua Portuguesa
		Literatura
	ESTUDOS SOCIAIS	História
		Geografia
	MATEMÁTICA	Matemática
	CIENCIAS	Física
		Química
		Biologia
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Língua Inglesa
		Língua Francesa
		Língua Espanhola
	EDUCAÇÃO FÍSICA	Educação Física
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	Educação Artística
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso
	PROGRAMAS DE SAÚDE	Programas de Saúde
RESOLUÇÃO N° 048 / 74 C. E . E .	FILOSOFIA	Introdução a Filosofia
		Introdução a Estética
	CIENCIAS	Química Aplicada
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Educação Ambiental
PARECER Nº 2934/75 C.F.E	FUNDAMENTOS EM PATOLOGIA CLÍNICA	Fundamentos em Patologia Clínica
	BIOLOGIA CELULAR	Biologia Celular
	MICROBIOLOGIA	Microbiologia
	PARASITOLOGIA	Parasitologia
	IMUNOLOGIA	Imunologia
	HEMATOLOGIA	Hematologia
Leis do Governo Estadual nº1901 e 1906/89	ESTUDOS REGIONAIS	História do Amazonas Geografia do Amazonas
Dec. 87497/82	ESTÁGIO	Estágio Supervisionado

Resolução Nº054/98-CEE/AM

A Resolução autoriza a Escola Estadual Djalma Batista ofertar o Curso Técnico de Enfermagem aos alunos que estavam cursando Auxiliar de Enfermagem 2° e 3° série, a fim de disponibilizar as matérias necessárias para que estes fossem enquadrados com sucesso no Curso Técnico.

Quadro XVII - Grade Curricular

HABILITAÇAÕ: **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**		INICIO: **1996**
LEGISLAÇÃO	**MATÉRIAS**	**DISCIPLINAS**
Resolução N° 006/86 C. F. E	**PORTUGUÊS**	Língua Portuguesa
		Literatura
	ESTUDOS SOCIAIS	História
		Geografia
	MATEMÁTICA	Matemática
	CIÊNCIAS	Física
		Química
		Biologia
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Língua Inglesa
		Língua Francesa
		Língua Espanhola
Art. 7° da Lei n° 5.692 / 71	**EDUCAÇAO FÍSICA**	Educação Física
	EDUCAÇÃO ARTISTICA	Educação Artística
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso
	PROGRAMAS DE SAÚDE	Programas de Saúde
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Educação Ambiental
Parecer N° 349/72	**INSTRUMENTAIS**	Higiene e Profilaxia
		Estudos Regionais
		Anatomia e Fisiologia Humana
		Microbiologia e Parasitologia
		Nutrição e Dietética
	PROFISSIONALIZANTES	Introdução a Enfermagem
		Noções de Administração de Unidades de Enfermagem
		Enfermagem Médica
		Enfermagem Cirúrgica
		Enfermagem Materno-Infantil
		Enfermagem Neuropsiquiátrica
		Enfermagem em Saúde Pública
		Psicologia Aplicada e Ética Profissional
	ESTUDOS REGIONAIS	História do Amazonas
		Geografia do Amazonas
	ESTÁGIO	Estágio Supervisionado

Aprova as grades dos cursos citados para iniciar em 1996. Enquanto a matriz da habilitação, comparando-a com os conteúdos programáticos da Resolução 030/96, a principal mudança esta em sua nomenclatura, passa de Auxiliar de Enfermagem para Técnico de Enfermagem, pois as matérias se repetem,juntamente com as disciplinas , o direcionamento legislativo e a carga horária do curso.

Resolução Nº067/99-CEE/AM

A citada Resolução aprova os componentes curriculares dos Cursos Técnicos Profissionalizantes, a partir de 1998, das Intuições responsáveis os respectivos Cursos que ofereciam:

- Djalma da Cunha Batista > Técnico em Enfermagem, Técnico em Patologia Clínica,Técnico em Prótese Dentária.

No curso Técnico em Patologia,repetem-se cinco disciplinas:Microbiologia/Imunologia/Hematologia Bioquímica e Parasitologia),da grade anterior aprovada pela resolução 017/94 e resolução 030/96)destacam-se I Básico (Química Analítica/Informática)II (Parasitologia I e Imunologia e Sorologia),essas ultimas dão continuidade no Modulo III ,seguindo-se do Estágio.

Existem duas grades curriculares para o Curso Técnico em Prótese Dentária:1. Matriz Curricular Especial e 2. Matriz Curricular do Centro de Excelência Profissional ’Djalma Batista’, essa visível mudança expõe a influencia dos Centros de Excelência para qualificarem o estudante de forma completa,proporcionando melhor aprendizagem aos mesmos.Analisemos a diferença:

Quadro XVIII Grade Curricular

MATRIZ CURRICULAR ESPECIAL		
HABILITAÇAÕ: **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**		INICIO:**1998**
LEGISLAÇÃO	**MATÉRIAS**	**DISCIPLINAS**
LDB Nº 9.394	I	Anatomia e Fisiologia da Cabeça.
		Anatomia e Escultura Dental
		Oclusão
		Material e Equipamentos de Prótese
		Aparelhos Ortodônticos
	II	Prótese Odontológica Total
		Prótese Odontológica Parcial e Removível
		Prótese Odontológica Fixa
	ESTÁGIO	Estágio Supervisionado

MATRIZ CURRICULAR DO CENTRO DE EXCELENCIA PROFISSIONAL "DJALMA BATISTA"		
HABILITAÇAÕ: **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**		INICIO: **1998**
LEGISLAÇÃO	**MATÉRIAS**	**DISCIPLINAS**
LDB Nº 9.394	I	Anatomia e Fisiologia da Cabeça.
		Ergonomia
		Material e Equipamentos de Prótese
		Aparelhos Ortodônticos
	II	Informática
		Anatomia e Estrutura Dental
		Oclusão
		Introdução a Prótese
	III	Prótese Total
		Aparelhos Ortodônticos
	IV	Prótese Parcial Removível
		Aparelhos Ortodônticos
	V	Prótese Fixa I
		Prótese Fixa II
	ESTÁGIO	Estágio Supervisionado

A Matriz curricular do Centro de Excelência enfatiza as disciplinas Ergonomia e Informática que a grade do Curso Especial não obteve,a primeira estuda detalhadamente a disciplina essencial do curso:Prótese (Introdução a Prótese/Prótese Total/Prótese Parcial Removível/Prótese Fixa I e II,abrangendo o assunto subdividindo-o entre V Módulos,fazendo com que seja destacado minuciosamente , aumentando a probabilidade assimilativa dos conteúdos e a formação deste Técnico.

O Técnico em Enfermagem tem,aproximadamente 90% de aproveitamento da grade de Patologia e Enfermagem aprovada na resolução 030/96, a nova grade voltada para o Centro de Excelência dividiu uma disciplina da Matriz (Enfermagem Materno – Infantil)em duas (- Enfermagem Obstétrica e – Enfermagem Pediátrica),respeitando ,assim,a especificidade e consequentemente, detalhando estudos a respeito.Outra notável diferença foi a mudança de nomenclaturas:Noções de Administração de Unidades de Enfermagem para:Administração em Unidade Hospitalar/Psicologia Aplicada e Ética Profissional para Psicologia do Desenvolvimento .Aciona-se a disciplina Enfermagem em situações de emergência e Enfermagem em C.T.I

Escola Estadual Senador Petrônio Portella

Histórico

A **Escola Estadual Senador Petrônio Portella**, situada à Av.Bartolomeu Bueno, s/n, Conjunto D. Pedro II, Bairro D. Pedro, atualmente é uma escola de Ensino Médio.Seu patrono é o ex-senador **Petrônio Portella Nunes**, político brasileiro que nasceu em Valença-Piauí em 12/09/1925 e morreu em Brasília a 06/01/1980. Formado em Direito pela Universidade do Brasil em 1951, foi deputado estadual, prefeito de Teresina e governador do Piauí.

Eleito Senador, foi escolhido vice-líder do governo, sucedeu Filinto Müller na liderança e na presidência da Arena. Presidente do Senado (1977-1978), tornou-se o mais autorizado negociador do governo Geisel dentro e fora do Congresso e depois coordenador político do presidente João Figueiredo. Ministro de Justiça (1979), conduziu com habilidade as conversações que prepararam a abertura no quadro de redemocratização gradual do país.

A escola tem como Ato de Criação o Decreto no 6179 de 05 de março de 1982.O prédio foi construído dentro dos padrões ideais para o funcionamento de uma escola técnica, tendo sido entregue com todos os equipamentos necessários ao seu bom funcionamento, equipamentos esses que no decorrer do tempo foram desaparecendo gradativamente de seus laboratórios.

A atual Diretora é a Professora **Guataçara Ferreira da Fonseca**. Está na direção da escola desde o ano de 1997.A última reforma pela qual a escola passou foi concluída no dia 21 de setembro de 1998.

Escola técnica desde a sua fundação, nestes anos de funcionamento ministrou cursos profissionalizantes, antigo 2o grau, de acordo com a Lei 5.692/71 de técnico em: Eletrônica, Mecânica de Máquinas e Motores e Eletrotécnica até o ano de 1998 e Auxiliar de Enfermagem até o ano de 1996.

Em decorrência da nova lei de Diretrizes e Bases no 9394/96, no ano de 1997 foi ministrado o curso Pós-Médio nas áreas técnicas em Eletrônica, Eletrotécnica e Mecânica de Máquinas e Motores que não tiveram prosseguimento nos anos de 1998 a 2000 em conseqüência da deficiência de equipamentos nos laboratórios.

No ano 2000, a Escola ofereceu apenas o Ensino Médio atendendo aos alunos em 02 turnos matutino e vespertino, oriundos de bairros circunvizinhos e de vários bairros distantes, com características sócio-econômicas baixa, média-baixa e média.

No ano de 2001 a Escola passou a atender nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, sendo que os 1os e 3os anos funcionaram em tempo integral diurno e os 2os anos funcionaram com turmas divididas em matutino e vespertino

Em 2002 e 2003, a Escola ofereceu o Ensino Médio, trabalhando em tempo integral no turno diurno e regular no noturno, mais o Projeto Tempo de Acelerar para o Ensino Médio, no turno noturno. Vale salientar que os alunos prestaram exame de seleção para ingresso no primeiro ano do Ensino Médio no tempo integral.

Em 2004, a escola oferece o Ensino Médio nos turnos Integral diurno e regular noturno. O critério de entrada na Escola é estabelecido apenas no primeiro ano, com exame de seleção para o Tempo Integral.

Aparato Legal :Resolução Nº003/91-CEE/AM

Aprova em 04 de Marco de 1991, as grades curriculares dos cursos Técnicos oferecidos na Rede Estadual de Ensino, entre eles :

> Habilitação em Eletrônica
> Habilitação em Eletrotécnica
> Habilitação em Mecânica

Quadro XIX - Grade Curricular

HABILITAÇÃO: **TÉCNICO EM ELETRONICA** INÍCIO: **1991**	
MATÉRIA	DISCIPLINA
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA
	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTÓRIA
	HISTÓRIA DO AMAZONAS
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº5. 692/71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 48/74/ C E E	REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA
	FISICA APLICADA
PARECER Nº 45/72 C E E	ELETRICIDADE
	DESENHO
	ORGANIZACAO E NORMAS
	ELETRONICA
	ANALISE DE CIRCUITOS
	PRATICA EM LABORATORIO DE ELETRONICA GERAL
	ELETRONICA INDUSTRIAL

O curso Técnico em Mecânica segue o modelo das matérias gerais, regidas pela Resolução 48/74 CEE também possui a disciplina Introdução a Filosofia e Redação e Expressão (presente na grade de Secretariado,Assistente Administrativo e Eletrônica).Física Aplicada encontra-se em Mecânica e Eletrônica.O estreitamento entre o curso de Mecânica e Eletrônica é exposta através da similaridade das disciplinas especificas de ambos os cursos:Eletricidade/Desenho e Organização e Normas .As demais disciplinas são especificas:Mecânica/Produção Mecânica/Maq. E Sistemas Técnicos Hidráulicos e Resistência dos materiais.

As matérias gerais repetem-se por todos os cursos técnicos regidas pela Resolução 48/74 CEE, o curso de Eletrônica possuía disciplinas que se destacam: **Eletrônica **Analise de Circuito e **Pratica em Lab. de Eletrônica Geral.

A grade curricular das disciplinas assemelha-se com o de Mecânica, onde possui as disciplinas em comum: Desenho, Eletricidade e Organização e normas.

Observando as disciplinas especificas do curso Técnico em Eletrotécnica, percebe-se a junção de sua grade com as matérias de dois cursos:

**Curso Técnico em Mecânica* (Desenho/ Organização e normas/Mecânica)

**Curso Técnico em Eletrônica* (Organização e normas/Eletrônica Industrial)

O curso difere-se pela existência das disciplinas: maquina e instalações Elétricas e Tecnologia dos Materiais.

Escola Estadual Luizinha Nascimento

Histórico

O Decreto de criação da Escola é de 09 de Junho de 1959,tendo sido inaugurado dia 15 de Junho do mesmo ano.Recebeu o nome de Luizinha Nascimento em homenagem a professora Luizinha Nascimento que nasceu em 04 de Agosto de 1855, em Manaus, e faleceu no dia 1 de Setembro de 1948,em pleno cumprimento de sua missão sincope cardíaca.

Funciona com Ensino Fundamental(5º a 8º) e Médio.Atualmente conta com 888(oitocentos e oitenta e oito) alunos,nove salas de aula,laboratório de Ciências,laboratório de informática,projeto musica,teatro coral,corpo docente especializado em sua maioria e amigos da escola.

A Gestão escolar é exercida pelo Professor Camilo Moyses Barros,Secretaria Claudira da Costa Dias e vários funcionários que se dedicam para o aperfeiçoamento do processo de ensino de ensino-aprendizagem.

Aparato Legal :Resolução Nº003/91-CEE/AM

Aprovada em 04 de Marco de 1991, as grades curriculares dos cursos de: b) Técnico em Contabilidade

Quadro XX

HABILITAÇÃO: **TÉCNICO EM CONTABILIDADE** INÍCIO: **1991**	
MATÉRIA	DISCIPLINA
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA
	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTÓRIA
	HISTÓRIA DO AMAZONAS
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº5. 692/71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 48/74/ C E E	REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA
	**MATEMÁTICA FINANCEIRA
	**ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇO
PARECER Nº 45/72 C E E	ESTATÍSTICA
	MECANOGRAFIA E PROCESSO DE DADOS
	ECONOMIA E MERCADO
	DIREITO E LEGISLAÇÃO
	*CONTABILIDADE E CUSTOS
	ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA COMERCIAL

O curso de Contabilidade possui muitas similaridades com o curso técnico em Secretariado e Assistente Administrativo, a relação entre as disciplinas é muito próxima, submetendo-as a mesma qualificação profissional, nota-se a importância em, realmente capacitar o individuo ao mercado de trabalho sem a distinção de classes:sendo o curso de Contabilidade uma qualificação que obtém certo "*status*" na sociedade une-se ,neste momento histórico com outras profissões igualando a qualificação profissional,pois adquiri a maior parte das disciplina, sendo-lhe exclusiva duas:**Matemática Financeira e **Estrutura e Análise de Balanço.As

profissões se completam em suas grades,resultando similar qualificação para os citados cursos.

Resolução Nº017/94-CEE/AM

Aprova mudanças nas grades curriculares dos cursos de 2° Grau: Habilitação para o Magistério de 1° a 4° série do 1° Grau, Técnico em Contabilidade, Técnico em Agropecuária, Técnico em Secretariado, Mecânica,Eletrônica, Eletrotécnica, Patologia Clinica, Auxiliar de Enfermagem, Técnico em Administração e Não Profissionalizante.Com a finalidade de idealização a partir de 1994, de acordo com a lei N° 8.663 de 14 de Junho de 1993,revogando assim o decreto-lei N°896 de 12 de Dezembro de 1969.

A citada lei, extinguiu a obrigatoriedade das disciplinas Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica nos currículos, com o objetivo de migrar a carga horária e conteúdos programáticos para Ciências Humanas e Sociais. Segundo a introdução encontrada na resolução, no período de novembro a dezembro de 1993,houveram varias reuniões com os mestres responsáveis por ministrar disciplinas que envolvem as áreas acima, a fim de definir o encaminhamento de O.S.P.B e E.M.C,e posteriormente reuniram-se com Diretores das Unidades Educacionais,onde definiram a carga horária de 1h aula voltada para a exposição dos conteúdos dessa disciplina.

Quadro XXI - Curso Técnico em Contabilidade:

HABILITAÇÃO: **TÉCNICO EM CONTABILIDADE** INÍCIO: **1994**	
MATÉRIA	DISCIPLINA
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA
	HISTÓRIA
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº5. 692 / 71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
LEI DO GOVERNO ESTADUAL N°1901 E 1906 / 89	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTÓRIA DO AMAZONAS
RESOLUÇÃO Nº 48 / 74/ C E E	REDAÇÃO E EXPRESSÃO
	FUNDAMENTOS FILOSOFICOS
	MATEMÁTICA FINANCEIRA
	ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇO
PARECER Nº 45/72 C E E	ESTATÍSTICA
	MECANOGRAFIA E PROCESSO DE DADOS
	ECONOMIA E MERCADO
	DIREITO E LEGISLAÇÃO
	CONTABILIDADE E CUSTOS
	ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA COMERCIAL
PARECER N° 45/86 – CFE	ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O modelo curricular de curso de Contabilidade recebeu alteração limitada a sua grade, na nomenclatura de Introdução a Filosofia para Fundamentos Filosóficos, enquanto s as outras disciplinas iguala-se as outras qualificações. Sendo portanto, fruto das discussões sobre a temática prevendo alterações na grade, com a participação docente, administrativa e dos técnicos em nível de ensino, foram incorporadas nas grades curriculares das Instituições de Educacionais as Propostas Curriculares das Disciplinas a partir de 1994. Acarretando mudanças na grade de 1993, onde se retira a nomenclatura das Disciplinas Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica, deixando intacto a carga horária das mesmas das seguintes habilitações: Técnico em Contabilidade, Administração , Secretariado,

Mecânica, eletrônica, Eletrotécnica, Agropecuária, Auxiliar de Enfermagem e Patologia Clinica .

Resolução Nº030/96-CEE/AM - Aprova as grades curriculares de 1° grau e de 2°grau nas Habilitações Técnicas,incluindo: >Contabilidade

A Resolução adiciona um novo curso na grade curricular das instituições educacionais estaduais de ensino técnico profissionalizante.

QUADRO XXI - Grade Curricular

HABILITAÇÃO: **TÉCNICO EM CONTABILIDADE** INÍCIO: **1996**		
LEGISLAÇAO	**MATÉRIAS**	**DISCIPLINAS**
RESOLUÇÃO N° 006 / 86 C. E . E .	PORTUGUES	Língua Portuguesa
		Literatura
	ESTUDOS SOCIAIS	História
		Geografia
	MATEMÁTICA	Matemática
	CIENCIAS	Física
		Química
		Biologia
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Língua Inglesa
		Língua Francesa
		Língua Espanhola
	EDUCAÇÃO FÍSICA	Educação Física
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	Educação Artística
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso
	PROGRAMAS DE SAÚDE	Programas de Saúde
RESOLUÇÃO N° 048 / 74 C. E . E .	FILOSOFIA	Fundamentos Filosóficos
	MATEMÁTICA	Matemática Financeira
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Educação Ambiental
	ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANCO	Estrutura E Análise de Balanço
PARECER Nº 45/72 C.F.E	ESTATÍSTICA	Estatística
	MECANOGRAFIA E PROCESSAMENTO DE DADOS	Mecanografia E Processamento de Dados
	ECONOMIA E MERCADOS	Economia E Mercados
	DIREITO E LEGISLACAO	Direito e Legislação
	CONTABILIDADE E CUSTOS	Contabilidade e Custos
	ORGANIZACAO E TÉCNICA COMERCIAL	Organização e Técnica Comercial
Leis do Governo Estadual nº1901 e 1906/89	ESTUDOS REGIONAIS	História do Amazonas Geografia do Amazonas
Dec. 87497/82	ESTÁGIO	Estágio Supervisionado

A disciplina Educação Ambiental atua nesse período como um complemento de carga horária deixado em aberto na reforma anterior, que por mais que a disciplinas Português e Literatura abriguem a carga horária, é preciso que se preencha na similaridade de conteúdos. A era da Globalização inicia-se aqui em meados do século XIX, a partir de então, é de extrema necessidade não só o curso Técnico em Turismo e Magistério obterem tal matéria de Informática em sua grade, não desmerecendo a oportunidade impar que essa disciplina proporciona ao educador em saber utilizar essa tecnologia, importante artifício utilizada como meio de comunicação, mas, considerando tal importância, no crescimento do profissional do individuo e de sua decorrente qualificação profissional, essa matéria deveria estar na grade de todos os cursos técnicos oferecidos pelo Estado.

Instituto de Educação do Amazonas

Histórico

O primeiro passo para o surgimento do atual Instituto de Educação do Amazonas (IEA) aconteceu em1871 com a criação da cadeira de Pedagogia que passou a ser exigência fundamental pra o exercício do Magistério.

Anos mais tarde, que foi publicada a lei de 04 de Novembro 1880,surgiu a instrução pública na então província do Amazonas,por meio da qual se instituiu formalmente a escola Normal.Porem, este estabelecimento de ensino só foi inaugurado no dia 06 de marco de 1882, ficando a frente de sua direção Dr.,Epifacio Jose Pedrosa.Suas instalações localizam-se na praça D.Pedro II,hoje,praça da República.

Dias após a inauguração a escola normal uniu-se ao lyceu provincial(atual Colégio Amazonense D.Pedro II,o Estadual) e somente em 1886 após a reformulação na instrução pública.Separou-se,passando a funcionar no asilo orfanológico Elisa Souto.

Em 1890 o Lyceu foi extinto e a escola Normal ganhou nova denominação:Instituto Normal Superior,voltando a funcionar no prédio do agora ginásio Amazonense D.Pedro II.Sendo desvinculado novamente,em1912, ocupou o prédio onde hoje é a Câmara Municipal de Manaus.Logo em seguida,com mas uma reforma no ensino, a escola passou a se chamar:Instituto de Educação do Amazonas.

A instalação no atual prédio só ocorreu em 1944, no grande edifício onde esta em plena atividade, construído no Governo de Álvaro Botelho Maia com recursos

vindos da exportações da borracha.A obra foi originaria de um projeto pelo artista Domenico de Angilis para abrigar o palácio do governo, no entanto por motivos políticos, Doutor Álvaro Maia publicou um decreto que modificou a idéia original mudando o anterior foi de autoria do arquiteto Jatirpucu,executado pelo Engenheiro Abílio Nery o prédio depois de inaugurado serviu de sede do poder Legislativo do Estado do Amazonas entre 1945 e 1950 e de 1963 ate 1971.

Aparato Legal :Resolução Nº017/94-CEE/AM

Aprova mudanças nas grades curriculares dos cursos de 2° Grau: Habilitação para o Magistério de 1° a 4° série do 1° Grau,.Com a finalidade de idealização a partir de 1994, de acordo com a lei N° 8.663 de 14 de Junho de 1993,revogando assim o decreto-lei N°896 de 12 de Dezembro de 1969.

Na grade curricular de Magistério de 1° a 4° série (duração de 3 anos) presente no IEA (Instituto de Educação do Amazonas) altera-se a carga horária, somando-se as horas-aulas de Língua Portuguesa e Literatura no 2°ano (duas horas) destinada a O.S.P. B no mesmo ano, acarretando a mesmo numero total de aulas do curso. Os componentes curriculares de Magistério de 1° a 4° serie (duração 4 anos),repete-se o procedimento adquirido do curso noturno:as mesmas disciplinas,mas do 1° ano ,obtendo o mesmo resultado.

Quadro XXII - Grade Curricular

HABILITAÇÃO: **MAGISTÉRIO DE 1º A 4º SÉRIE DO 1ºGRAU** INÍCIO: **1994**	
MATÉRIA	DISCIPLINA
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA
	LITERATURA
ESTUDOS SOCIAIS	GEOGRAFIA
	HISTÓRIA
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
CIÊNCIAS	FÍSICA
	QUÍMICA
	BIOLOGIA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	LÍNGUA INGLESA
	LÍNGUA FRANCESA
	LÍNGUA ESPANHOLA
ARTIGO 7º DA LEI Nº5. 692 / 71	EDUCAÇÃO FÍSICA
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
	ENSINO RELIGIOSO
	PROGRAMAS DE SAÚDE
LEI DO GOVERNO ESTADUAL N°1901 E 1906 / 89	GEOGRAFIA DO AMAZONAS
	HISTÓRIA DO AMAZONAS
PARECER	REDAÇÃO E EXPRESSÃO

Nº 45/72 C E E	FUNDAMENTOS FILOSOFICOS
	LITERATURA INFANTIL
	FUNDAMENTOS DA EDUCACAO
	HISTÓRIA DA EDUCACAO
	FILOSOFIA DA EDUCACAO
	SOCIOLOGIA DA EDUCACAO
	ESTATÍSTICA
	PSICOLOGIA GERAL
	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
	PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM
	DIDÁTICA GERAL
	DIDÁTICA DA LINGUAGEM
	DIDÁTICA DA MATEMATICA
	DIDÁTICA DAS CIENCIAS
	DIDÁTICA DOS ESTUDOS SOCIAIS
	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DE 1º GRAU
PARECER N° 48/86 - CFE	ESTÁGIO SUPERVISIONADO

7.Considerações Finais

Os estudos revelaram que historicamente o ensino profissional tem o caráter dual. Outra premissa que a pesquisa empírica revelou é que o ensino profissionalizante com as reformas dos anos 1990 ficou a mercê de grupos privatizantes. Tanto é que hoje o CETAM, oferece cursos de acordo com a demanda das empresas.

O desmonte das escolas técnicas estaduais veio abortar a política implementada para o ensino profissional, revelando que não há segurança em relação a estas, até porque, são políticas de governo e não de Estado. Todas as discussões apontam que a opção política do Estado foi de privatizar o ensino profissional.

É interessante ressaltar que os cursos técnicos foram extintos e posteriormente essas escolas foram transformadas em Centros de Excelência, para mais tarde se transformarem em escolas de tempo integral. Essas transformações que ocorreram em um curto espaço de tempo descaracterizou as escolas, fazendo com que estas perdessem sua identidade institucional, como é o caso do Instituto de Educação e do Colégio Estadual.

A pesquisa foi exaustiva, tivemos que percorrer caminhos que não foram previsto, contamos em muitos casos com a colaboração dos gestores. Este trabalho, inclusive, será repassado a todas as escolas, com os agradecimentos de todo o Grupo de Pesquisa – Gênero, Trabalho e Educação.

8.Cronograma

Nº.	Descrição	Ago 2008	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2009	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	Compilação dos documentos oficiais em nível federal	X	X	X									
2	Compilação dos documentos oficiais em nível estadual			X	X								
3	Levantamento Bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
4	Oficina para trabalhar a metodologia de análise de conteúdo					X							
5	Relatório parcial					X	X						
6	Apresentação Parcial					X							
7	Proceder à análise de conteúdo						X	X	X	X	X		
8	- Elaboração do Resumo e Relatório Final (atividade obrigatória)											X	
	Preparação da Apresentação Final para o Congresso (atividade obrigatória)												X

Referências

ALMEIDA, Carlos Augusto G.de. **A Política Nacional de Capacitação dos servidores: possível instrumento de gestão empresarial nas Instituições Federais de Ensino.** São Paulo: PUC, 2001(Dissertação de Mestrado).

ALVES, Eduardo. **Sintrasef frente ao contrato de gestão. Projeto de pesquisa do Sintrasef.** Rio de Janeiro: SINTRASEF, 2001.

AMARAL, C. T. do; OLIVEIRA, M. A. M. Educação profissional: um percurso histórico até a criação e desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia.In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A.; FIDALGO, N. L. R. **Educação Profissional e a Lógica das Competências.** Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CHAUI, M. **Escritos sobre a Universidade.** São Paulo: UNESP, 2001.

CORDÃO, F. A. A Educação Profissional no Brasil. In: **Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação.** São Paulo: PUC; Campinas: Autores Associados, 2005.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ENGUITA, M. **A Face oculta da Escola.** Porto Alegre: Artmed, 1988.

FRIGOTTO, G **Teoria e Educação no Labirinto do Capital.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS, M. (Orgs). **Ensino Médio Integrado. Concepções e Contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

JAMESON, F. **Pós-modernidade: a política cultural do capitalismo tardio.**

KUENZER, A. **Desafios teórico-metodológicos da relação Trabalho-Educacao e o papel social da Escola**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Ensino médio e ensino Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Trabalho como principio educativo.** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Ensino Médio**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Ensino Médio. Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, S. M. **A educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **Elementos Fundamentales para la crítica de la Economia Política** (Grunhisse) 1857-1858. Espanha: Siglo Veintiuno, 2000.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** Lisboa: edições 70, 1963.

MONTEIRO, Edinize Judite da Silva. **Competências na Educação?Um estudo de caso sobre a implantação do ensino por competências no CEFET-AM.** Manaus: UFAM, 2004. (Dissertação).

MOURÃO e ALMEIDA. **Demissão Voluntária: do sonho de ser empreendedor á realidade do desemprego.** Manaus: EDUA, 2005.

MOURÃO, A. R.B. A qualificação profissional na obra de Pierre Navielle. In: Revista Amazônida, **V. 1, janeiro/junho, 2002**. Manaus:Edua.

MOURÃO, A.R.B. A **fábrica como espaço educativo**. São Paulo: Scortecci, 2006.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas Publicas para o Ensino Profissional: O processo de desmantelamento dos CEFETS.** São Paulo,Campinas:Papirus,2003.

PIRES, L. L. A. **A formação do trabalhador em instituições tecnológicas: diferentes propostas de um mesmo caminho.** 30 ª Reunião Anual da ANPED. Grupo Trabalho, Educação. Caxambu: Anped, 2007.

ZIBAS, D. M. L. Breves anotações sobre a História do Ensino Médio no Brasil e a Reforma dos anos 1990. In: **Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação.** São Paulo: PUC; Campinas: Autores Associados, 2005.